

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

90012/2026

## **CONTRATANTE (UASG)**

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Subsecretaria  
Pedagógica (080356)

## **OBJETO**

Contratação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e de seus representantes legais, que participam do Programa “Prontos pro Mundo”, intercâmbio internacional

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 3.873.380,00 (três milhões e oitenta e setenta e três mil e trezentos e oitenta reais)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 25/02/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço / global

## **MODO DE DISPUTA**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

(Processo Administrativo nº 015.00370086/2025-23)

Torna-se público que a **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio da **SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**, sediada na Praça da República, nº 53 – Centro – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e de seus representantes legais, que participam do Programa “Prontos pro Mundo”, intercâmbio internacional, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com predominância de mão de obra, e não definidos como serviços de engenharia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o **grupo único** a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
  - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 3,00 (três reais) para o item 01 e R\$ 1,00 (um real) para o item 02.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:
- 7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.
- 7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) a) Sindicato das Psicólogas e dos Psicólogos no Estado de São Paulo – SinPsi – 2024-2025.

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.9.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.9.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.9.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.9.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.9.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.9.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.9.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br](mailto:licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br).





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
  - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
    - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
- (1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- (2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (8) Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): [licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br](mailto:licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), bastando o licitante informar o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

número da contratação ou preencher os filtros sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **assinatura de Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **até 01 (um) mês**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.1.1. Apêndice – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

14.15.5. ANEXO V – Planilha orçamentária;

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Daniel Cabral Casado de Barros**  
Subsecretário





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e de seus representantes legais, que participam do Programa “Prontos pro Mundo”, intercâmbio internacional, conforme diretrizes da Subsecretaria Pedagógica (SUPED), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

Grupo Único

UN	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO- custo por consulta	VALOR TOTAL
1	<u>Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia</u>	14060	Anamnese	1.250	R\$304,36	R\$. 380.450,00
2	<u>Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia</u>	14060	Hora Psicologia	21.000	R\$ 166,33	R\$ 3.492.930,00
	<u>TOTAL</u>					<u>R\$ 3.873.380,00</u>

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado conforme o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como de serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) da data da assinatura do contrato prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e com predominância de mão de obra, tendo em vista que a necessidade é permanente e prolongada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar e anexo.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato, que deverá ser de 50% para o Profissional de Psicologia.

1.6.1 Justifica-se a subcontratação de até 50% dos serviços de Psicologia a fim de garantir: (i) atendimento adequado à demanda em larga escala; (ii) possibilidade de atuação de profissionais com diferentes especializações; (iii) flexibilidade operacional e cobertura regional; e (iv) mitigação de riscos de descontinuidade dos atendimentos. Ressalta-se que a contratada permanece integralmente responsável pela execução e supervisão dos serviços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689 de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PCNP: 46384111000140-0-000001/2025

II) Data de publicação no PCNP: 28/06/2024 última atualização: 11/06/2025

III) id do item do PCA: 377

IV) Classe/Grupo: 931 – Serviços de Saúde Humana

V) Identificador da Futura Contratação: 990016-324/2025

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Durante todo o processo de execução do contrato, incluindo instalações, fornecimento de equipamentos, insumos, transporte e logística, a contratada deverá priorizar políticas e práticas sustentáveis. Isso inclui, por exemplo, a redução do desperdício de materiais e o uso preferencial de recursos naturais, recicláveis e/ou reutilizáveis, bem como a adoção de soluções com baixa emissão de carbono.

4.1.2. A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo serviço contratado.

4.1.3. A empresa vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, deverá indicar formalmente o profissional designado para atuar como responsável pela gerência técnica dos psicólogos.

O profissional indicado deverá possuir registro ativo no respectivo conselho profissional competente (CRP, para psicólogos), bem como qualificação específica para o exercício da gestão de operações na área, devidamente comprovada por meio de:

- comprovação de registro ativo no CRP;
- currículo profissional atualizado;
- documentos que atestem sua qualificação técnica e experiência compatível com as atribuições da função.

O atendimento a este requisito constitui condição para a assinatura do contrato, sendo facultado à Administração solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, caso necessário.

4.2 Será exigida a realização de prova de conceito da licitante classificada em primeiro lugar, como condição para aceitação da proposta. A licitante classificada em primeiro lugar, caso convocada, deverá realizar demonstração (Prova de Conceito) seguindo o mesmo padrão especificado neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação do Pregoeiro, em lugar a ser determinado futuramente, para análise pelo setor técnico, que emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

4.2.1. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação da demonstração especificada na Prova de Conceito são:

4.2.2 Análise de conformidade com as seguintes especificações:

I- Intuitividade da Interface: Avaliação da facilidade de navegação e compreensão da interface da plataforma de teleatendimento. Deve ser intuitiva, com elementos de design claros e de fácil identificação para que os usuários possam utilizar as funcionalidades sem dificuldades;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**II- Organização e Estruturação: Verificação da organização e estruturação das informações na plataforma. Deve haver uma lógica de organização dos recursos e opções de forma a facilitar a localização e utilização por parte dos usuários;**

**III- Clareza das Instruções de Uso: análise da clareza e objetividade das instruções de uso disponibilizadas na plataforma. As orientações devem ser claras e compreensíveis, orientando os usuários sobre como utilizar cada funcionalidade de forma eficaz;**

**IV- Personalização das Configurações: verificação da possibilidade de personalização das configurações da plataforma, permitindo que os usuários ajustem as preferências de acordo com suas necessidades e preferências individuais;**

**V- Compatibilidade com Dispositivos: consideração da compatibilidade da plataforma com diferentes dispositivos (computadores, tablets, smartphones) e sistemas operacionais. Deve ser acessível e funcional em diferentes tipos de dispositivos para garantir a disponibilidade em diferentes contextos de uso;**

**VI- Acessibilidade: verificação da acessibilidade da plataforma para usuários com deficiências visuais, motoras ou auditivas. Deve seguir padrões de acessibilidade web e oferecer recursos que facilitem o uso por parte de todos os usuários, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas;**

**4.2.3 Para fins de simulação de acesso à plataforma pelo paciente, deverá constar a seguinte com simulação de jornada do paciente incluindo:**

**I- Contato inicial com resposta em menos de 10 (dez) minutos;**

**II- Triagem;**

**III- Agendamento de consulta on-line para o mesmo dia do contato inicial;**

**4.2.4 A contratada interessada na prestação dos serviços deverá dispor de profissionais e condições de atender os quantitativos de serviços especificados acima.**

#### **Garantia da Contratação**

**4.2.5 Será exigida da contratada a prestação de garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor inicial do contrato, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas e a mitigação de riscos à Administração, nos termos dos arts. 96 a 99 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

4.3 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- i) Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;
- ii) Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;
- iii) Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- iv) Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;
- v) Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

4.3.1 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

4.5. Não será necessária a realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de execução**

5.1. A execução do objeto será realizada conforme a seguinte dinâmica:

**5.1.1. Início da Execução do Objeto: O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.**

**5.1.2. A execução será detalhada conforme os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme descrito no Anexo deste Termo de Referência.**

**5.1.3 Cronograma de realização dos serviços:**

**5.1.4 A contratada deverá assegurar aos alunos e seus responsáveis legais, acesso exclusivamente para realização de pré-atendimento e agendamento de consultas (conforme descrição no anexo deste Termo de Referência).**

**5.1.5 A contratada, após firmado contrato, deverá se reunir com a CONTRATANTE a fim de estabelecer, conjuntamente, o cronograma e as diretrizes para a elaboração do Plano de Execução dos Serviços contratados.**

**Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.2. Todos os serviços de atendimento serão prestados exclusivamente por Teleatendimento, em conformidade com as especificações e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência, item 7 do ANEXO I – Dos Serviços.

**5.2.1 Os serviços serão prestados tanto em território nacional quanto internacional (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido da Grã-Bretanha), de forma individualizada, mediante agendamento prévio. Deverá ser rigorosamente observado o fuso horário do país em que o estudante estiver residindo durante o intercâmbio, respeitando as especificidades de cada fase do projeto base documento, conforme descrito neste Termo de Referência:**

**Fase 1 - Processo Seletivo - Anamnese (3 a 6 meses antes do embarque)**

**Cada aluno passará por uma sessão de anamnese para avaliação do estado emocional e identificação de necessidades específicas.**

**Horários de atendimento:**

**a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h**

**b) Sábados: das 08h às 14h**

**c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)**

**d) Sem atendimento emergencial**

**Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque (3 a 6 meses antes do embarque)**

**Cada um dos 1.000 alunos selecionados e, se necessário, 1.000 responsáveis, terão 6 sessões de atendimento psicológico (1 a cada 15 dias por 3 meses).**

**Horários de atendimento:**

**a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h**

**b) Sábados: das 08h às 14h**

**c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)**

**d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.**

**Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio (3 meses).**

**Durante a estadia no exterior, cada aluno receberá 3 sessões de acompanhamento psicológico ao**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

longo dos 3 meses.

Horários de atendimento:

a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h

b) Sábados: das 08h às 14h

c) Fuso horário do país que o aluno faz intercâmbio

d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação à Realidade

Cada aluno terá acesso a 6 sessões de readequação para facilitar sua readaptação.

Horários de atendimento:

a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h

b) Sábados: das 08h às 14h

c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)

d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

5.2.2 A contratação deverá incluir um plano de contingência eficaz, que assegure atendimento psicológico imediato e de qualidade para alunos que necessitem de intervenção urgente durante o programa.

5.2.3 Este plano deverá contemplar procedimentos rápidos e seguros para emergências emocional ou psicológica.

Rotinas a Serem Cumpridas

5.3 A execução contratual observará as rotinas estabelecidas, conforme descrito no Anexo deste Termo de Referência. Estas rotinas incluem todas as ações e processos necessários para garantir a eficácia da prestação dos serviços.

5.4 As rotinas detalhadas encontram-se especificadas no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência, e deverão ser rigorosamente seguidas pela contratada.

Especificação da Garantia do Serviço

5.5 O prazo de garantia contratual para os serviços prestados será estabelecido conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990). Além da garantia legal, será fornecida uma garantia complementar de, no mínimo, 90 dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de recebimento definitivo do objeto, conforme estipulado no contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6 Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

Os procedimentos de transição e encerramento do contrato deverão observar, de forma estrita, os princípios da continuidade do serviço público, da proteção de dados pessoais, do sigilo profissional e das normas éticas aplicáveis à atuação dos profissionais de psicologia, nos termos da legislação vigente.

a) Transferência de informações essenciais

A contratada deverá disponibilizar à contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do término contratual, informações estritamente necessárias à continuidade do serviço, vedada a transferência de prontuários psicológicos completos ou de conteúdos clínicos sensíveis, salvo quando houver previsão legal, determinação judicial ou consentimento expresso do titular dos dados ou de seu responsável legal, conforme a LGPD e as normas do Conselho Federal de Psicologia.

As informações a serem disponibilizadas limitar-se-ão, quando cabível, a dados administrativos e operacionais, tais como:

- relação dos usuários em atendimento ativo;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- indicação da etapa do programa em que se encontram (anamnese, pré-embarque, intercâmbio ou retorno);
- quantitativo de atendimentos realizados e pendentes.

**b) Acesso e disponibilização de dados**

A contratada deverá viabilizar, de forma controlada e temporária, o acesso às informações necessárias à transição, exclusivamente para fins de continuidade dos serviços, observados os princípios da finalidade, necessidade e segurança da informação.

Caso haja necessidade de migração de dados, estes deverão ser fornecidos em formatos interoperáveis, observadas as restrições legais e éticas aplicáveis, acompanhados de orientações técnicas, sem prejuízo das medidas de anonimização ou pseudonimização, quando aplicáveis.

**c) Responsável pela transição**

A contratada deverá indicar profissional habilitado para atuar como ponto focal da transição, responsável por prestar esclarecimentos técnicos e operacionais à contratante, sem acesso ou divulgação indevida de informações protegidas por sigilo profissional.

Parágrafo único. Todas as etapas previstas neste item deverão ser executadas em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com as demais normas aplicáveis, sendo vedado qualquer tratamento de dados pessoais sensíveis que extrapole as finalidades legais e contratuais.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

6.11 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.18 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1. A Avaliação\* da execução do objeto utilizará o Índice de Mediação de Resultado (IMR), conforme previsto na Tabela I, deste Termo de Referência.**

**Tabela 1 – Avaliação de Execução do Objeto**

<b>ANS</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>ACORDO ESTIPULADO</b>	<b>PENALIDADE</b>
------------	-------------	--------------------------	-------------------



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

<b>I</b>	<u>Atendimento cancelado pelo profissional</u>	<u>Aceito até 5% de cancelamento por especialidade ao mês por qualquer motivo.</u>	<u>0,5%, calculado sobre a fatura total mensal, a cada cancelamento no mês, até o limite de 20% da fatura mensal.</u>
<b>II</b>	<u>Qualidade de som e imagem</u>	<u>Avaliação menor que 3 na qualidade de som e imagem da teleconsulta.</u>	<u>0,5%, calculado sobre a fatura total mensal, a cada incidência, até o limite de 20% da fatura mensal.</u>
<b>III</b>	<u>Cordialidade no atendimento</u>	<u>Avaliação menor que 3 na cordialidade do profissional durante a teleconsulta.</u>	<u>5%, calculado sobre a fatura total mensal, quando a média da avaliação for inferior a 4.</u>
<b>IV</b>	<u>Central de Atendimento</u>	<u>85% das ligações devem ser atendidas em até 30 segundos.</u>	<u>Atrasos no atendimento superior a 10% do previsto ocasionarão glosa de 5% sobre o valor mensal do contrato.</u>
<b>V</b>	<u>Profissionais para teleatendimentos</u>	<u>Agenda e disponibilidade para 100% dos atendimentos.</u>	<u>Glosa de 0,1% ao dia sobre o valor mensal do contrato, para cada teleconsulta não realizada por falta de agenda.</u>

\* **Crêterios de avaliaçãõ:** a avaliaçãõ serã feita com crêterio de 1 a 5 (1 - ruim; 2 - regular; 3 - bom; 4 - ótimo; 5 - excelente). Serviçõs avaliaõs com nota inferior ou igual a 3 (três) terãõ descontos de 10% no valor mensal do serviçõ realizado.

Esses indicadores visam assegurar a eficiênciã e a qualidade dos serviçõs prestados, garantindo a continuidade dos atendimentos de forma eficaz e em conformidade com os objetivos da contratante.

7.1.1. Serã indicada a retençãõ ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados;

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execuçãõ do serviçõ, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilizaçãõ do IMR não impede o uso de outros mecanismos para avaliaçãõ dos serviçõs prestados.

7.3 A aferiçãõ da execuçãõ contratual para fins de pagamento considerará os seguintes crêterios:

7.3.1 Unidade de medida para faturamento e mensuraçãõ do resultado: Número de Anamnese e Sessões. A duraçãõ mínima de cada sessãõ regular deverã ser de 50 minutos, conforme prãticas recomendadas de atendimento psicológico;

7.3.2 Produtividade de referênciã ou crêterios de qualidade para a execuçãõ contratual: Número mínimo de Anamnese e sessões por semana/mês.

7.3.3. Crêterios de qualidade para a execuçãõ contratual:

a) Formaçãõ e certificaçãõ: Todos os profissionais devem possuir formaçãõ adequada e registro no respectivo conselho profissional (CRP para psicólogos).

b) Pontualidade: As sessões devem começãr no horário agendado com tolerância máxima de 5 minutos de atraso.

c) Relatõrios e Documentaçãõ: Entrega de relatõrios mensais detalhando o número de de Anamnese e sessões realizadas, temas tratados e encaminhamentos feitos.

d) Satisfaçãõ do Paciente: Realizaçãõ de pesquisas de satisfaçãõ com os pacientes atendidos, com índice mínimo de aprovaçãõ de 85%.

e) Indicadores mínimos de desempenho para aceitaçãõ do serviçõ ou eventual glosa.

f) Os crêterios de desempenho para aceitaçãõ do serviçõ: Taxa de satisfaçãõ dos pacientes: Deve ser mantida acima de 85% em avaliações mensais e taxa de comparecimento: Pelo menos 90% das Anamnese e sessões agendadas devem ser realizadas (contabilizando as sessões efetivamente realizadas versus as agendadas).

g) Qualidade dos relatõrios: Todos os relatõrios mensais devem ser entregues dentro do prazo e conter todas as informações necessãrias, com índice de conformidade de 100%.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**h) Resolução de problemas: Respostas a solicitações ou problemas reportados devem ser solucionadas em até 48 horas.**

**i) Critérios para eventual glosa:- Anamnese ou Sessões não realizadas: Glosa de atendimentos não realizados sem justificativa plausível, Relatórios incompletos ou atrasados: Penalização de 5% do valor mensal faturado por cada relatório incompleto ou entregue com atraso superior a 5 dias úteis. Índice de satisfação abaixo do mínimo:**

**J) Aplicação de glosa proporcional ao percentual de insatisfação dos pacientes, com uma redução de 2% no valor mensal para cada ponto percentual abaixo de 85% e avaliação Individual pós consulta pelo servidor Índice de satisfação do Paciente (INPS): Em escala de 1 a 10, consultas avaliadas com notas iguais ou abaixo de 2 sofrerão glosa de forma integral.**

**7.3.4 Os critérios para aferição da execução e pagamento:**

**a) será utilizada mensalmente como unidade de medida o número de anamneses e sessões realizadas.**

**b) a execução será pelo número de anamneses realizadas e número mínimo de sessões por semana/mês.**

**Do recebimento**

**7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).**

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos neste item 7, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:**

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.24 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.26 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Regime de execução**

8.2 O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de Habilitação**

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9 Conformidade com exigências regulatórias aplicáveis ao teleatendimento psicológico, vinculada à legislação vigente (incluindo a Resolução CFP nº 9/2024 e posteriores), observadas na data da contratação e durante toda a execução contratual.

8.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**8.16** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.17** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Qualificação Econômico-Financeira**

**8.18** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples

**8.19.** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária

**8.20** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

**8.20.1** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

**8.20.2** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.20.3** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

**8.21** O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

**8.22** **Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;**

**8.22.1** **Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá (ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):**

**a) Apresentar 10.500 (dez mil e quinhentas) horas de teleatendimento em Psicologia;**

**8.22.2** **Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;**

**8.22.3** **Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

**8.22.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;**

**Outras comprovações**

**8.23. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:**

**a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;**

**b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;**

**8.24. Declaração subscrita por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração da contratação, registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Psicologia – CRP);**

**8.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no subitem anterior mediante apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;**

**8.25. Declaração subscrita por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração da contratação, a indicação do profissional designado para atuar como responsável pela gerência técnica dos psicólogos;**

**8.25.1. O profissional indicado deverá possuir registro ativo no respectivo conselho profissional competente (CRP, para psicólogos), bem como qualificação específica para o exercício da gestão de operações na área, devidamente comprovada por meio de:**

**a) comprovação de registro ativo no CRP;**

**b) currículo profissional atualizado.**

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 3.873.380,00 (três milhões e oitenta e setenta e três mil e trezentos e oitenta reais), conforme custos unitários. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.**

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.**

**10.2 No exercício de 2025, a contratação será atendida pela seguinte dotação:**

**a) Gestão/Unidade: UO: 08011 - Coordenadoria Pedagógica - COPED - UGE: 080356 - Coordenadoria Pedagógica - COPED**

**b) Fonte de Recursos: Para o ano de 2025 a alocação será determinada de acordo com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA)**

**c) Programa de Trabalho: 12.368.0800.6387**

**d) Elemento de Despesa: 339039 (se tratar de contratação de empresa especializada)**

**e) Plano Interno: O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas dispostas no Termo de Referência.**

**10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**ANEXO I - DOS SERVIÇOS**

**1. SERVIÇOS, PROGRAMA PROPOSTO, SEUS OBJETOS E REGULAMENTOS GERAIS**

1.1. A contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e de seus representantes legais, que participam do Programa “Prontos pro Mundo”, intercâmbio internacional, conforme diretrizes da Subsecretaria Pedagógica (SEDUC-SP), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 A empresa contratada deverá disponibilizar uma equipe de psicólogos qualificados e registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com experiência em atendimento online e suporte a jovens. O acompanhamento psicológico ocorrerá de forma remota, por meio de uma plataforma digital segura e responsiva, garantindo a privacidade dos alunos e responsáveis, conforme os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

2.2 A empresa deve fornecer uma plataforma de comunicação exclusiva e integrada 24h por dia, permitindo interação segura e eficiente entre alunos, responsáveis e profissionais de psicologia, com garantia de confidencialidade e facilidade de uso.

**3. DINÂMICA DOS ATENDIMENTOS**

**3.1 Desempenho e Metas de Atendimento:**

3.1.1 O Tempo Médio de Atendimento (TMA) estimado para a prestação de informações, orientações ou solução de problemas será de 03 (três) minutos. Além disso, 85% das ligações devem ser atendidas em até 30 (trinta) segundos, especialmente para informações e auxílio no agendamento virtual. O índice de perda deverá ser de 6%. Esses índices serão avaliados somente após 45 (quarenta e cinco) dias do início da operação.

3.1.2 Os serviços serão prestados tanto em território nacional quanto internacional (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido da Grã-Bretanha), de forma individualizada, mediante agendamento prévio. Deverá ser rigorosamente observado o fuso horário do país em que o estudante estiver residindo durante o intercâmbio, respeitando as especificidades de cada fase do projeto base documento, conforme descrito neste Termo de Referência:

Fase 1 - Processo Seletivo - Anamnese (3 a 6 meses antes do embarque). Cada aluno passará por uma sessão de anamnese para avaliação do estado emocional e identificação de necessidades específicas.

Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque (3 a 6 meses antes do embarque). Cada um dos 1.000 alunos selecionados e, se necessário, 1.000 responsáveis, terão 6 sessões de atendimento psicológico (1 a cada 15 dias por 3 meses).

Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio (3 meses). Durante a estadia no exterior, cada aluno receberá 3 sessões de acompanhamento psicológico ao longo dos 3 meses.

Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação à Realidade. Cada aluno terá acesso a 6 sessões de readequação para facilitar sua readaptação.

Total Estimado para o Programa

Fase	Valor Total
------	-------------



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Fase 1 - Anamnese (1.250 alunos)	R\$ 380.450,00
Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque (1.000 alunos + 1.000 responsáveis)	R\$ 1.995.960,00
Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio (1.000 alunos)	R\$ 498.990,00
Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação (1.000 alunos)	R\$ 997.980,00
<b>Custo Total do Programa</b>	<b>R\$ 3.873.380,00</b>

#### **4. REQUISITOS TÉCNICOS DA PLATAFORMA DIGITAL**

4.1 A plataforma utilizada para os atendimentos deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo sigilo e segurança das informações.
- b) Compatibilidade com dispositivos móveis (smartphones e tablets) e desktops.
- c) Disponibilização de ambiente para agendamento de consultas, prontuários eletrônicos e relatórios de acompanhamento.
- d) Recursos de videochamada criptografada e suporte técnico especializado.

#### **5. PERFIL DOS PROFISSIONAIS**

5.1 A equipe deverá contar com psicólogos que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP): Todos os profissionais envolvidos no atendimento psicológico devem estar com o registro ativo e regular no CRP, conforme as normativas e regulamentações vigentes, demonstrando comprometimento com as exigências legais para o exercício da profissão.
- b) Experiência comprovada em atendimento online e Teleatendimento: Os profissionais devem possuir experiência comprovada em atendimentos psicoterapêuticos realizados por meio de Teleatendimento, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), garantindo a eficácia e segurança dos atendimentos à distância.
- c) Formação em acompanhamento psicológico de jovens e adolescentes: A equipe deve possuir formação ou capacitação específica em psicologia voltada para o acompanhamento de jovens e adolescentes, com ênfase em contextos de mudanças culturais e adaptação a ambientes internacionais, como os intercâmbios. A experiência prévia em contextos multiculturais será considerada um diferencial.
- d) Disponibilidade para atendimento 24h, em horários flexíveis, considerando fuso horário dos países de destino: A equipe de psicólogos deverá garantir a disponibilidade de atendimento em horários flexíveis, levando em consideração as possíveis diferenças de fuso horário entre o Brasil e os países de destino dos alunos intercambistas, permitindo uma maior adesão e continuidade do acompanhamento psicológico.
- e) Especialização ou experiência comprovada de atendimento a menores: Os profissionais devem possuir especialização ou experiência comprovada no atendimento psicológico de menores de idade, com uma abordagem adequada para a compreensão e manejo das questões emocionais e comportamentais específicas dessa faixa etária.
- f) Carga horária de trabalho: Os psicólogos deverão se comprometer a prestar os serviços contratados com uma carga horária mínima de 30 horas semanais, a fim de garantir a continuidade e consistência no acompanhamento dos alunos e responsáveis.
- g) Responsável Técnico na Área de Psicologia: A empresa contratada deverá contar com um Responsável Técnico com habilitação na área de Psicologia junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP), com registro específico para essa função, conforme exigido pela legislação vigente. O Responsável Técnico será incumbido de assegurar que todos os atendimentos psicológicos estejam



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

de acordo com as normas éticas e técnicas da profissão, garantindo a qualidade e a conformidade dos serviços prestados aos alunos e suas famílias.

## **6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 A empresa contratada deverá apresentar relatórios periódicos com os seguintes dados:

- a) Quantidade de Anamnese e sessões realizadas por fase do programa.
- b) Indicadores de adesão dos alunos e responsáveis aos atendimentos.
- c) Diagnóstico de dificuldades emocionais e sugestões de aprimoramento.
- d) Avaliação da eficácia dos atendimentos, com base no feedback dos participantes.

## **7. FORMA DE ATENDIMENTO**

7.1 A contratada deverá assegurar que os profissionais realizem os atendimentos em ambientes sem qualquer tipo de interferência, adequados e aptos a garantir privacidade, sigilo e confidencialidade do atendimento, em conformidade com os códigos de ética e conduta profissionais.

7.2 Atendimentos deverão ocorrer via teleatendimento em um ambiente seguro, reconhecido e homologado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

7.3 Os serviços serão prestados tanto em território nacional quanto internacional (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido da Grã-Bretanha), de forma individualizada, mediante agendamento prévio. Deverá ser rigorosamente observado o fuso horário do país em que o estudante estiver residindo durante o intercâmbio, respeitando as especificidades de cada fase do projeto base documento, conforme descrito neste Termo de Referência:

Fase 1 - Processo Seletivo - Anamnese (3 a 6 meses antes do embarque).

Horários de atendimento:

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Sem atendimento emergencial

Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque (3 a 6 meses antes do embarque).

Horários de atendimento:

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio (3 meses).

Horários de atendimento:

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário do país que o aluno faz intercâmbio
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação à Realidade

Horários de atendimento:

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.4 A contratação deverá incluir um plano de contingência eficaz, que assegure atendimento psicológico imediato e de qualidade para alunos que necessitem de intervenção urgente durante o programa. Sugiro substituir 24 horas por feriados nacionais e internacionais.

7.6 A contratada deverá disponibilizar um aplicativo ou solução que possa ser acessada via web, tanto em ambiente fixo quanto móvel, sem consumo de dados de planos celulares durante toda a jornada de atendimento, exceto durante a realização efetiva do teleatendimento com o profissional.

7.7 O sistema utilizado para as consultas deverá contar com Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2), seguindo o padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) ou outro mecanismo legalmente aceito, para garantir a segurança e confidencialidade das informações durante o atendimento psicológico.

7.8 A empresa contratada deverá comprovar atuação no mercado por um período mínimo de 12 meses até a data do certame, conforme os quantitativos especificados no Termo de Referência - Qualificação Técnica. Essa comprovação será essencial para demonstrar a experiência e a capacidade da empresa em prestar os serviços especializados de teleatendimento em psicologia conforme exigido para a contratação.

## **8. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PSICOLOGIA**

8.1 A empresa contratada deverá fornecer profissionais qualificados com os seguintes requisitos:

- a) Coordenação e Qualificação Profissional
- b) O psicólogo deverá ser coordenado por um responsável técnico graduado em Psicologia, com especialização na área de Psicologia Clínica e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em Psicologia Clínica.
- c) O profissional psicólogo que atuará no teleatendimento deverá comprovar graduação concluída em Psicologia e registro ativo no Conselho Federal de Psicologia.

8.2 Requisitos Técnicos para o Exercício da Atividade:

- a) Para o exercício do teleatendimento psicológico, a contratada e os profissionais vinculados deverão atender às exigências regulatórias e éticas vigentes expedidas pelo Conselho Federal/Regionais de Psicologia (Resolução CFP nº 9/2024 e eventuais atualizações), observadas na data da contratação e durante a execução contratual.
- b) Somente instrumentos psicológicos regulamentados e aprovados pelo Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos (SATEPSI) poderão ser utilizados, garantindo padronização e normatização específica para uso online.
- c) A emissão de documentos psicológicos no formato digital deverá ser realizada mediante assinatura digital, com certificados e chaves emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- d) O profissional deverá atuar em conformidade com o Código de Ética do Psicólogo, assegurando qualidade e integridade nos serviços prestados.

## **9 - SERVIÇOS DE CENTRAL DE ATENDIMENTO - CALL CENTER**

9.1 A empresa deverá disponibilizar canais de atendimento e autoatendimento (Central de Atendimento) por telefone e WhatsApp, com uma equipe treinada para orientar e esclarecer dúvidas sobre os serviços relacionados às tele consultas dos servidores. Isso incluirá informações sobre relatórios de atendimentos, atestados, declarações, encaminhamentos e exames, utilizando sistemas informatizados para o registro dos atendimentos aos servidores.

9.2 A prestação de suporte técnico, com custos já inclusos, deverá considerar o serviço de e-mail, atendimento personalizado por telefone (sistema 0800 – Discagem Direta Gratuita - DDG) e/ou uma ferramenta própria de Service Desk da empresa. O sistema deverá gerar automaticamente um número de registro para cada chamado, incluindo a data/hora e a descrição da solicitação.

9.3 A SEDUC-SP, por meio Diretoria de Pessoas-DIPES, deverá ter acesso remoto ao sistema para acompanhar as ocorrências atendidas, incluindo informações como: nome do operador, data e horário da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

ligação, total de chamadas atendidas por operador, tempo médio de conversação por operador, horário de “logon” do operador, status do atendimento e a solução fornecida.

9.4 A Central de Atendimento da empresa deverá não apenas receber chamadas telefônicas efetivadas pelos servidores, mas também realizar ligações ativas, quando necessário, para acompanhamento e suporte.

9.5 A empresa deverá fornecer relatórios detalhados dos atendimentos realizados por sua Central, incluindo informações como data, horário, duração da chamada, dúvida apresentada, resposta fornecida, problema identificado, solução aplicada e quaisquer outras informações que a SEDUC-SP considerar relevantes para o acompanhamento do processo.

9.6 Os requisitos mínimos para o serviço de teleatendimento: devem incluir um sistema que realize a integração com os sistemas da CONTRATADA/SEDUC-SP ou SEDUC- SP/CONTRATADA via API, acessível em [seducsp.contratosgov.com.br](http://seducsp.contratosgov.com.br).

9.7 A empresa deverá elaborar uma especificação técnica para a integração, disponibilizar um modelo de migração e fornece as ferramentas técnicas (webservices, API, etc.) necessárias para a implementação dos serviços, oferecendo suporte ao corpo técnico da SEDUC-SP durante essas atividades.

9.8 O sistema deverá operar em modo White label, permitindo que os layouts, telas e relatórios gerados apresentem a identificação da SEDUC-SP e sigam o mesmo padrão de identidade visual (Design System) dos sistemas e aplicativos do Governo do Estado de São Paulo.

9.9. A empresa contratada deverá:

9.9.1. Disponibilizar um sistema (software) para acompanhamento e gestão dos serviços prestados, oferecendo suporte e treinamento para uso das funcionalidades do software, disponibilizando-o após a assinatura do contrato, para que já possa ser utilizado nos treinamentos dos servidores da SEDUC-SP.

9.9.2. Oferecer à SEDUC-SP acesso integral às informações sobre as ações executadas pelos profissionais de psicologia, bem como um relatório documental das intervenções emergenciais, mantendo o sigilo das informações conforme as regulamentações dos Conselhos de cada classe profissional.

9.9.3. Oferecer serviços de customização, implantação, manutenção e hospedagem de infraestrutura de TIC.

9.9.4. Manter uma equipe técnica para suporte e apoio operacional da plataforma tecnológica, com conhecimento das regras de negócio, configuração e operação do sistema, suficiente para atender à demanda dos usuários do serviço de teleatendimento.

9.9.5. Manter a plataforma tecnológica de teleatendimento atualizada e compatível com novas versões e atualizações de sistemas operacionais, componentes e navegadores lançados durante a vigência do contrato.

9.9.6. Fornecer, sem ônus para a SEDUC-SP, suporte de manutenção técnica, englobando a manutenção da plataforma tecnológica de teleatendimento e gestão. Isso incluirá procedimentos para restaurar a operação em perfeito estado, incluindo desinstalação, reconfiguração ou reinstalação em caso de falhas, correções de defeitos e ajustes necessários, conforme os manuais e normas técnicas especificadas. Isso deve incluir:

a) Correção de erros que impeçam o uso da plataforma.

b) Identificação, análise e isolamento das causas de incidentes detectados durante o uso da plataforma em ambiente de produção.

c) Garantia e correção de erros identificados decorrentes da análise das “causas raiz” dos incidentes de produção, que possam gerar chamados de suporte técnico remoto.

9.9.7. Realizar manutenções preventivas na plataforma de teleatendimento para eliminar incidentes de produção.

9.9.8. Disponibilizar material orientador para download, que será oferecido a cada servidor nas plataformas digitais da SEDUC-SP.

9.9.9. Prestar suporte contínuo para questões operacionais do sistema de gestão ofertado (software).

9.9.10. Possuir consultas e relatórios parametrizáveis pelo usuário, que devem permitir a geração de relatórios nos formatos PDF e XLS.

9.9.11. Possuir um mecanismo de ajuda em todos os campos do sistema que forneça informações para orientar o preenchimento correto.

9.9.12. Implementar testes de consistência nos dados de entrada, como CPF, datas e campos numéricos/alfabéticos, bloqueando falhas de segurança como SQL Injection e Cross Site Scripting (XSS).

9.9.13. Garantir que os relatórios apresentem totalizações a cada quebra de item e total geral.

9.9.14. É proibida a limitação do uso a um número determinado de usuários ou licenças no que se refere ao acesso à plataforma.

9.10. A tecnologia utilizada na plataforma deve suportar:

a) O registro de, no mínimo, 10.000 (dez mil) acessos simultâneos e,





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

b) O registro de, no mínimo, 10.000 (dez mil) relatórios de ações executadas pelos profissionais, bem como relatórios psicológicos distintos por dia.

9.11 Considerando uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), os serviços que receberem avaliação menor ou igual a 3 (três) sofrerão um desconto de 10% (dez por cento) do valor mensal do serviço prestado.

9.12 O ambiente para agendamento deverá ter a seguinte configuração: software de operação 100% (cem por cento) web, em português e de fácil utilização.

9.13 Todo o suporte, assim como o material do software, deverá ser apresentado em língua portuguesa e validado pela DIPES.

9.14 O sistema deve permitir o envio de e-mails para clientes, profissionais de saúde e demais usuários da solução, exceto para fins de propaganda, assegurando o respeito à privacidade, ao cumprimento de leis e regulamentos, e à manutenção de uma relação saudável e ética com os clientes.

9.15 A empresa deverá fornecer trilhas de auditoria que possibilitem subsídios na apuração de processos administrativos.

## **10 - SOFTWARES DE GESTÃO E SERVIÇOS FUNCIONALIDADES ESSENCIAIS**

10.1 Videoconferência em HD: O sistema deve suportar videoconferência em alta definição a partir de qualquer ponto, com a possibilidade de conexão em múltiplos dispositivos (tablets, PCs, smartphones) sem necessidade de atualização de redes ou instalação de aplicativos por parte dos servidores.

10.2 Conexão de Rede: O sistema deve se conectar através de uma interface de rede de 100 / 1000 Mbps com suporte para IPv4, permitindo controle total da videoconferência antes, durante e após o evento.

10.3 Sistema de Triage: Implementar um sistema de triagem para rastreamento do sofrimento mental, visando direcionar o agendamento do tratamento mais adequado para os servidores.

10.4 Agenda de Consultas: Deve haver uma agenda de consultas e procedimentos para cada profissional ou especialidade, mostrando automaticamente os horários disponíveis para consultas.

10.5 Visualização de Agendas: O sistema deve permitir a visualização das agendas individuais dos profissionais em uma única tela, indicando dias e horários disponíveis, além de informar quando os profissionais não estão disponíveis.

10.6 Histórico de Consultas: Manter um histórico de consultas agendadas para cada paciente, permitindo a consulta desse histórico no momento do agendamento e controlando consultas agendadas, canceladas, realizadas e não realizadas.

10.7 Cálculo da Produtividade: O sistema deve calcular a produtividade da clínica, controlando consultas realizadas, não realizadas, canceladas e ativas de cada profissional em um período específico.

10.8 Listagens Diárias: Emissão de listagens diárias de consultas de cada profissional.

10.9 Agendamento de Pacientes Não Cadastrados: O sistema deve permitir o agendamento de consultas para pacientes que não possuem cadastro, possibilitando o cadastro automático e a abertura de prontuário.

10.10 Controle de Tempo de Atendimento: Deve ser possível controlar o tempo de realização por item de agendamento e por profissional de saúde.

10.11 Agendamento de Ciclo de Sessões: O sistema deve possibilitar o agendamento de ciclos de sessões.

10.12 Funcionalidade de Reagendamento: O sistema deve permitir reagendamento, apresentando propostas de novos horários com base na disponibilidade futura.

10.13. Registro de Ações de Agendamento: Todas as ações de agendamento devem ser logadas, permitindo a visualização do horário e do usuário que fez cada inclusão, alteração ou remoção.

10.14. Mensagens e Alertas: O sistema deve ter uma seção de mensagens e alertas, indicando problemas de cadastro e validando pré-requisitos, como alertas para pacientes com faltas excessivas ou que estão há mais de 30 dias sem comparecer ao tratamento. Pacientes com 3 faltas consecutivas não justificadas devem ser encaminhados para controle administrativo.

10.15. Registro de Início e Duração: O sistema deve registrar o início e a duração dos atendimentos.

10.16. Registro de Entrada e Saída: Deve registrar a entrada e saída de cada participante (servidor e profissional da Teleatendimento).

10.17. Acesso Ilimitado: O sistema deve garantir acesso ilimitado.

10.18. Permissões do Perfil Executor: O perfil executor deve ter a capacidade de realizar videoconferências, agendar horários e outras funções, incluindo:

10.19. Pesquisa a pacientes.

10.20. Acesso a painel de novas notificações (novos atendimentos ou casos respondidos em tempo real).

10.21. Pesquisa a grupos e tags de pacientes.

10.22. Abertura de atendimentos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 10.23. Criação de prescrição/receita. 2
- 10.24. Visualização do histórico de atendimentos.
- 10.25. Registros de chamadas de videoconferências.
- 10.26. Avaliação dos Serviços: O sistema deve disponibilizar uma funcionalidade de avaliação dos serviços ao final da teleconsulta, permitindo que o servidor avalie o atendimento psicológico ou psiquiátrico.
- 10.27. Liberação de Documentos: A liberação de receituários, declarações, relatórios médicos e atestados devem estar condicionada à avaliação do atendimento realizada pelo servidor.

## **11 - REQUISITOS ADICIONAIS DA EMPRESA CONTRATADA**

- 11.1 Requisitos que a empresa contratada deve cumprir:
  - 11.1.1 Registro de Atendimento: A empresa deve utilizar um sistema integrado com o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) para registrar todos os atendimentos.
  - 11.1.2. Conformidade Legal: A contratada e os profissionais vinculados deverão atender às normas vigentes do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia relativas ao teleatendimento psicológico (incluindo a Resolução CFP nº 9/2024 e posteriores), observadas na data da contratação e durante toda a execução contratual.

Eventuais comprovações documentais de conformidade regulatória serão exigidas exclusivamente do adjudicatário, e apenas se tais obrigações estiverem vigentes no momento da contratação.
  - 11.1.3. Relatório Operacional Gerencial: Deve ser emitido mensalmente um Relatório Operacional Gerencial que contenha informações detalhadas sobre os tipos de serviços prestados (anamnese e consultas psicologia, e suporte via Call Center), incluindo quantitativos realizados no período, para subsidiar a medição do nível de serviços.
  - 11.1.4. Modelo do Relatório: O modelo e as variáveis do Relatório Operacional Gerencial serão informados pela SEDUC-SP via fiscalização do contrato, com atualizações sempre que necessário.
  - 11.1.5. Disponibilização do Relatório: O Relatório Operacional Gerencial deve ser disponibilizado mensalmente em um sistema, de acordo com um calendário de medição informado pela fiscalização.
  - 11.1.6. Propriedade dos Dados: Todos os dados armazenados para a prestação deste serviço são propriedade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), e a empresa deve garantir 100% de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
  - 11.1.7. Acesso à Plataforma: Os serviços devem estar disponíveis em uma plataforma totalmente web, sem a necessidade de aplicativos.
  - 11.1.8. Desenvolvimento de Protocolos: Os protocolos e diretrizes devem ser desenvolvidos em conjunto pela SEDUC-SP e pela empresa contratada.
  - 11.1.9. Autonomia na Extração de Relatórios: O sistema deve permitir que a SEDUC-SP extraia relatórios em formato Excel (ou equivalente) de todas as variáveis relacionadas à prestação dos serviços contratados, via API com [seducsp.contratosgov.com.br](https://seducsp.contratosgov.com.br).
  - 11.1.10. Visualização de Dados: Além da extração de relatórios, o sistema deve permitir a visualização de dados (como gráficos de prevalências) dos servidores atendidos, a partir da parametrização de variáveis chaves definidas pela SEDUC-SP.
  - 11.1.11. Atualização Online: As informações disponibilizadas através das funcionalidades de visualização e extração de dados devem ser atualizadas online.
  - 11.1.12. Alternativas em Caso de Indisponibilidade: Em situações extremas de indisponibilidade do sistema, o atendimento deve ser realizado por outros meios disponíveis, como via telefônica. Toda falha deve ser reportada imediatamente à fiscalização do contrato.
  - 11.1.13. Painéis de Visualização: A empresa deve criar e configurar painéis de visualização de dados em ferramentas de Analytics e Business Intelligence acessíveis via web, para registrar e acompanhar indicadores, procedimentos e processos relacionados ao desempenho dos serviços.
  - 11.1.14. Dados em Tempo Real: As informações registradas devem incluir dados em tempo real sobre os serviços de teleconsulta e serviços de apoio aos servidores, além de outras informações pertinentes.
  - 11.1.15. Funcionalidades da Aplicação: A aplicação deve incluir módulos de painéis, gráficos e relatórios, permitindo consulta e geração de dados.
  - 11.1.16. Validação das Informações: Todas as informações disponíveis nos painéis devem ser validadas pela SEDUC-SP, e os recursos devem ser disponibilizados em língua portuguesa.
  - 11.1.17. Perfis de Acesso Distintos: A empresa deve criar perfis de acesso distintos para os alunos e responsáveis legais, a fim de acompanhar e analisar os serviços e gerar Relatórios Operacionais Gerenciais.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

11.1.18. Atualizações e Manutenção: A empresa deve atualizar e/ou realizar manutenção nos painéis existentes para garantir a inteligibilidade, confiabilidade e disponibilidade das informações.

11.1.19. Propriedade dos Dados: Todos os dados gerados são de propriedade exclusiva da Contratante e não podem ser usados para nenhum outro fim sem autorização prévia da Contratante.

## **12 - DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS:**

12.1. Quantidade de Serviços: O contrato prevê a contratação do equivalente a:

### **Grupo Único**

<u>UN</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATSER</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO-custo por consulta</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
<u>1</u>	<u>Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia</u>	<u>14060</u>	<u>Anamnese</u>	<u>1.250</u>	<u>R\$304,36</u>	<u>R\$. 380.450,00</u>
<u>2</u>	<u>Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia</u>	<u>14060</u>	<u>Hora Psicologia</u>	<u>21.000</u>	<u>R\$ 166,33</u>	<u>R\$ 3.492.930,00</u>
<u>TOTAL</u>						<u>R\$ 3.873.380,00</u>

## **13 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONFIDENCIALIDADE**

13.1 A empresa contratada deve garantir que todas as informações manipuladas, armazenadas e transmitidas no âmbito dos serviços prestados estejam protegidas contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer outro tipo de comprometimento da segurança da informação.

13.2 Criptografia de Dados: Todo o trânsito de informações entre o sistema e os usuários deve ser protegido por criptografia de ponta a ponta, garantindo a segurança dos dados trafegados.

13.3 Acesso Restrito: O acesso ao sistema deve ser controlado por autenticação multifator, garantindo que apenas usuários autorizados possam visualizar e modificar informações sensíveis.

13.4 Backup Periódico: A empresa deve realizar backup automático dos dados armazenados com frequência regular, garantindo a recuperação em caso de falhas ou desastres.

13.5 Monitoramento Contínuo: O sistema deve contar com um monitoramento contínuo de eventos de segurança, alertando sobre possíveis tentativas de violação.

13.6 Conformidade com LGPD: Todos os procedimentos devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando a privacidade dos servidores atendidos.

13.7. Do Ambiente: A SBIS – Sociedade Brasileira de Informática e Saúde é a responsável pela certificação de software na área da saúde, para atender às normas técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico, por meio da resolução 2314/2022 do Conselho Federal de Medicina. Cabe à Contratada disponibilizar a solução de software com certificação válida e vigente segundo SBIS. O prontuário eletrônico deverá possuir certificado de garantia de segurança 2 (NGS2) para o Nível 3 de Maturidade emitido pela Sociedade Brasileira de Informática (SBIS), de acordo com as resoluções 1638 /2002, 1821/2007 e 2314/2022 do Conselho Federal de Medicina (CFM), conceitos e padrões nacionais (ABNT, ANS, SUS, ANVISA) e internacionais (ISO) na área de informática em saúde

## **14. PROVA DE CONCEITO**

14.1 Deverá ser solicitado para a CONTRATAÇÃO DEFINITIVA, após a etapa de habilitação da empresa detentora da melhor oferta a Prova de Conceito - POC conforme especificações mencionadas a seguir:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

14.2 A Prova de Conceito (POC) representa a execução de um conjunto pré-definido de verificações sobre os softwares e serviços oferecidos com o objetivo de determinar a viabilidade de sua utilização.

**14.3 PROVA DE CONCEITO – POC**

14.4 A PROPOENTE classificada em primeiro lugar na fase de disputa, para ser declarada vencedora deverá, após a fase de habilitação, no prazo de até 05 dias úteis contados a partir da convocação, prorrogáveis a critério da Licitante, efetuar demonstração de versão funcional da solução proposta nas dependências do SEDUC, ou em local determinado por ela, presencialmente de segunda à sexta- feira, no período das 9:00h às 18:00h, em data e horário a ser informado, visando aferir a qualidade dos serviços, requisitos funcionais e as condições de operação, ficando o certame suspenso durante o procedimento.

14.5 Os recursos de hardware e software necessários à realização da POC serão de responsabilidade do SEDUC;

14.6 A PROPONENTE deverá disponibilizar técnico qualificado para implementar a solução proposta, que seja capaz de demonstrar e realizar as operações descritas no Termo de Referência, bem como esclarecer eventuais dúvidas que surgirem durante a prova de conceito;

14.7 Todos os técnicos alocados para realização da prova de conceito deverão ser inscritos antecipadamente, bem como assinar Termo de Responsabilidade e Confidencialidade da POC, de modo a resguardar a confidencialidade das informações a que eventualmente tenham acesso durante a sua realização.

14.8 A PROPONENTE que não demonstrar versão funcional da solução proposta para comprovação dos requisitos especificados no Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido, será automaticamente desclassificada do certame;

14.9 Caso a solução não seja atendida, a PROPONENTE será considerada desclassificada do certame;

14.10 A SEDUC poderá por manifestação do interessado, desde que apresentado com 24 horas de antecedência, disponibilizar acesso à internet, notebook ou desktop e dispositivos móveis. Outros pedidos não previstos serão avaliados pontualmente.

14.11 A Solução será rejeitada se:

- a) Apresentar problemas de funcionamento durante a POC, que exceda o limite tolerável de 10% de Não Atendimento, por item a ser demonstrado;
- b) Apresentar divergência em relação às especificações técnicas da proposta;
- c) A não demonstração da solução.

14.12 Durante a demonstração não será permitido fazer ajustes, emulações ou modificações nos softwares.

14.13 Caso a primeira classificada não tenha atendido as especificações obrigatórias o pregoeiro convocará as demais LICITANTES, respeitando a ordem de classificação, a demonstrarem seus sistemas.

14.14 Todas as funcionalidades presentes no ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO deverão ser apresentadas.

14.15 Todos os dados relativos a nomes, endereços e documentos de pessoas utilizados na demonstração do sistema deverão ser fictícios, exceto quanto ao CPF/CNPJ que são validados automaticamente pelo software, sendo que a proponente poderá trazê-los em material impresso ou digital para facilitar a alimentação do sistema.

14.16 Ao final de cada operação, a proponente fará um print da tela (que poderá ser uma impressão direta ou gravação em um arquivo digital), com vistas a documentar e comprovar o item demonstrado.

14.17 Para a verificação de conformidade do objeto o ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO deverá ser rigorosamente seguido.

14.18 Serão consideradas como atendidas as demonstrações onde as exigências dos itens e subitens do ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO forem atendidas no mínimo em 90%. Quando a quantidade de exigências do ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO não atendidas superar 10% do total, ocasionará a desclassificação da LICITANTE.

14.19 Roteiro para demonstração:

- a) Antes da homologação do certame, será exigida prova de conceito para todos os itens descritos no Anexo II - REQUISITOS MÍNIMOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA E APLICATIVO deste Termo de Referência, que visa assegurar que a Administração contrate o software que atenda aos requisitos e recursos solicitados.
- b) Assim, para aceitação da proposta será exigida apresentação de prova de conceito, conforme as condições abaixo:

ETAPA	PRAZO MÁXIMO	OBSERVAÇÃO
-------	--------------	------------



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Preparação da PROPONENTE arrematante para realizar a apresentação	05 dias úteis, prorrogáveis a critério da SEDUC	O prazo iniciará após a notificação pela PROPONENTE
Apresentação	Até 05 dias úteis	A PROPONENTE deverá estar à disposição da SEDUC pelo prazo de até 05 dias úteis para demonstrar o funcionamento total da solução
Conclusão da POC	05 dias úteis após a apresentação	Data máxima, considerando o prazo de 05 dias úteis.
Divulgação do resultado da POC	Até 05 dias úteis após a finalização da POC	A Comissão Avaliadora realizará a análise e emitirá o relatório de conclusão da POC com a aprovação ou reprovação da PROPONENTE

c) Na demonstração prática das funcionalidades do sistema, os quesitos formulados deverão ser demonstrados de forma clara e objetiva tendo como critério “ATENDE” ou “NÃO ATENDE”, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

d) a demonstração das funcionalidades do sistema, deverá atender aos quesitos formulados pela equipe técnica que, ao final, emitirá relatório com parecer de “APROVADO” ou “REPROVADO” do software e aplicativo avaliado.

e) Para ser considerado “APROVADO”, será tolerado ao software avaliado até 10% de todos os itens individualizados, avaliados como “NÃO ATENDE”. O item será considerado como NÃO ATENDE conforme disposto na tabela de ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO.

f) Estes quesitos deverão ser sanados até a implantação do sistema na municipalidade, sob pena de rescisão do Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ROTEIRO PARA DEMONSTRAÇÃO - POC

ITEM	FUNCIONALIDADE A SER APRESENTADA	OBRIGATORIEDADE
ADMINISTRATIVO		
1	Desenvolvimento de uma plataforma baseada na web, em língua portuguesa e com uma interface intuitiva.	( ) Atende
		( ) Não atende
2	Adaptação da interface para diferentes dispositivos, incluindo smartphones, tablets e computadores.	( ) Atende
		( ) Não atende
3	Utiliza criptografia e segue as diretrizes da LGPD Brasil para garantir a segurança das informações, exibindo uma conexão segura no site.	( ) Atende
		( ) Não atende
4	Página inicial com campos para login por e-mail e senha, além de uma opção de recuperação de senha.	( ) Atende
		( ) Não atende
5	Cadastro de login para requerentes e profissionais da área da saúde, com base de dados de conselhos e ocupações preexistente.	( ) Atende
		( ) Não atende
6	Cadastro de login para requeridos e profissionais da área da saúde, com base de dados de conselhos e ocupações preexistente.	( ) Atende
		( ) Não atende
7	Cadastro de login para a Recepção, permitindo o controle da agenda dos profissionais requeridos e personalização das unidades de acesso.	( ) Atende
		( ) Não atende
8	Cadastro de login administrativo, com diferentes níveis de acesso, incluindo a criação de novos profissionais e controle sobre unidades.	( ) Atende
		( ) Não atende
9	Capacidade de cadastrar novos pontos, com opção de especificar as especialidades disponíveis para os profissionais nesses pontos.	( ) Atende
		( ) Não atende
10	Capacidade de cadastrar novos pontos, com opção de especificar as especialidades disponíveis para os profissionais nesses pontos, incluindo controle de permissões.	( ) Atende
		( ) Não atende
11	A funcionalidade de criação de agenda também permite definir a duração, horário de início e término, bem como os dias da semana em que a agenda se repete.	( ) Atende
		( ) Não atende
12	Geração de relatórios que permita aos profissionais acessar informações sobre a quantidade de atendimentos realizados durante um período específico.	( ) Atende
		( ) Não atende
13	Inclusão de recursos de filtragem nos relatórios para permitir a extração de informações relevantes conforme as necessidades.	( ) Atende
		( ) Não atende
14		( ) Atende



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

	Adição de opções para exportar os relatórios em formato PDF e Excel.	( ) Não atende
15	Os relatórios gerados incluirão detalhes como os nomes dos profissionais envolvidos nos atendimentos e os pontos onde os atendimentos foram realizados.	( ) Atende
		( ) Não atende
16	Os relatórios também fornecerão informações sobre as finalizações de conclusão do atendimento, permitindo um acompanhamento claro e conciso.	( ) Atende
		( ) Não atende
17	Inclusão das datas de agendamento e realização dos atendimentos nos relatórios gerados.	( ) Atende
		( ) Não atende
18	Interface dedicada ao acompanhamento em tempo real dos atendimentos em andamento e dos atendimentos agendados.	( ) Atende
		( ) Não atende
19	Implementação de uma opção de monitoramento das fichas de atendimento, destinado a avaliações de qualidade e monitorias dos casos atendidos.	( ) Atende
		( ) Não atende
LOGIN RECEPÇÃO		
20	O profissional da Recepção deve conseguir novos atendimentos para os profissionais requisitantes vinculados a eles.	( ) Atende
		( ) Não atende
21	O profissional da Recepção para abrir novos atendimentos para os profissionais requisitantes vinculados a eles.	( ) Atende
		( ) Não atende
22	Possibilitar o envio de links aos pacientes para acessar suas consultas.	( ) Atende
		( ) Não atende
23	Oferecer a funcionalidade de anexar arquivos de diversos tipos, útil para exames e outros documentos.	( ) Atende
		( ) Não atende
24	Restringir o acesso às informações pessoais do atendimento, como prontuários e detalhes discutidos durante a consulta.	( ) Atende
		( ) Não atende
LOGIN REQUISITANTE		
25	Permitir que o Profissional Requisitante crie novos atendimentos, oferecendo opções para diferentes tipos de consulta.	( ) Atende
		( ) Não atende
26	Implementar filtros que auxiliarão na categorização e organização dos atendimentos, distinguindo os já realizados dos futuros.	( ) Atende
		( ) Não atende
27	Opção de redefinir ou recuperar senhas, garantindo acesso seguro às contas.	( ) Atende
		( ) Não atende
28	Permitir a alteração de dados pessoais e a adição de novas ocupações ou conselhos.	( ) Atende
		( ) Não atende
29	No processo de cadastro, incorporar opções que podem ser ativadas, como recursos de monitoramento de casos e permissões de gravação.	( ) Atende
		( ) Não atende





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

30	Oferecer a opção de realizar atendimentos por videochamada ou chat, expandindo as modalidades de consulta.	( ) Atende
		( ) Não atende
31	Para atendimentos por videochamada, fornecer ferramentas que auxiliem o Profissional Requisitante, incluindo controles de microfone e câmera, anexos de arquivos variados e compartilhamento de tela para apresentação de exames.	( ) Atende
		( ) Não atende
32	Incluir campos dedicados para o preenchimento de informações a serem registradas nos prontuários dos pacientes, garantindo uma documentação precisa.	( ) Atende
		( ) Não atende
33	Ao encerrar a consulta, incorporar um sistema de avaliação do atendimento, com opções numéricas e espaço para comentários.	( ) Atende
		( ) Não atende
34	Registrar o desfecho do atendimento, indicando se foi concluído, cancelado ou se o paciente não compareceu.	( ) Atende
		( ) Não atende
36	Habilitar o acesso às prescrições realizadas pelo Profissional Requisitante, incluindo receituários, atestados e laudos, que conterão um QR Code para facilitar o acesso rápido.	( ) Atende
		( ) Não atende
LOGIN REQUISITADO		
37	Criação de uma visualização separada para o Profissional Requisitado, permitindo-lhe distinguir entre diferentes tipos de atendimentos que realizará, incluindo atendimentos agendados, de urgência ou por chat.	( ) Atende
		( ) Não atende
38	Possibilidade de realizar alterações nos dados pessoais e acrescentar novas ocupações ou conselhos.	( ) Atende
		( ) Não atende
39	Disponibilização da visualização completa do prontuário do paciente, com os dados inseridos pelo Profissional Requisitante e informações de atendimentos anteriores. Isso proporcionará um conhecimento abrangente dos casos, auxiliando no diagnóstico preciso do paciente.	( ) Atende
		( ) Não atende
40	Opção para redefinir ou recuperar senhas, assegurando o acesso seguro às contas.	( ) Atende
		( ) Não atende
41	Facilitação do preenchimento de diferentes tipos de prescrições, incluindo Receituários (Simples, Controle Especial e Antimicrobianos), Atestados, Laudos e Solicitações de Exames (SADT e APAC). Com assinatura por meio de certificado digital integrado	( ) Atende
		( ) Não atende
42	Para atendimentos por videochamada, integração de ferramentas que auxiliem o Profissional Requisitado, como controles de microfone e câmera, permissão para visualizar anexos de arquivos e compartilhamento de tela.	( ) Atende
		( ) Não atende
43	Inclusão de campos dedicados ao preenchimento de informações a serem registradas nos prontuários dos pacientes, além de detalhes sobre a conduta clínica adotada nos casos concluídos.	( ) Atende
		( ) Não atende



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

44	Incorporação da opção de assinatura automática fornecida pelo próprio sistema.	( ) Atende
		( ) Não atende
45	Implementação da capacidade de incluir anotações anônimas no sistema, acessíveis somente pelo Profissional Requisitado que as inseriu.	( ) Atende
		( ) Não atende
46	A plataforma deve possibilitar atendimento em tempo real por vídeo em linguagem para surdos, ou seja, atendimento em libras.	( ) Atende
		( ) Não atende
47	A plataforma é compatível com leitores de tela e segue as diretrizes WCAG (Web Content Accessibility Guidelines)	( ) Atende
		( ) Não atende
48	Possibilidade de habilitar ou desabilitar a função de monitoria de atendimentos para visualização de prontuários. Acesso a essa função exigirá uma validação dos dados do paciente para garantir a confidencialidade.	( ) Atende
		( ) Não atende



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Processo Administrativo:** 015.00370086/2025-23

**Interessado:** SEDUC-SP, Subsecretaria Pedagógica - SUPED

**Assunto:** Contratação de Serviço Especializado na Área de Psicologia por Teleatendimento para Estudantes do Programa Prontos pro Mundo e seus Representantes Legais

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Programa **Prontos pro Mundo** – Intercâmbio Internacional de Alunos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), instituído pela Lei Nº 17.861, de 22 de dezembro de 2023, e regulamentado pelo Decreto Nº 68.540, de 22 de maio de 2024 tem como objetivo proporcionar uma experiência transformadora para os estudantes da rede pública, oferecendo a oportunidade de vivenciar uma cultura internacional, aprimorar seus conhecimentos e desenvolver competências sociais e emocionais.

A vivência internacional, embora extremamente enriquecedora, impõe desafios emocionais e psicológicos significativos tanto para os estudantes quanto para seus responsáveis legais. Muitos dos alunos da rede pública nunca tiveram acesso a experiências internacionais de tal magnitude. Esse cenário foi vivenciado na primeira edição do Programa Prontos pro Mundo, realizada no primeiro semestre de 2025, com alunos selecionados em 2024, quando se evidenciou a necessidade de suporte especializado para enfrentar tais desafios.

Muitos dos estudantes da rede pública estadual nunca haviam tido acesso a experiências internacionais de tal magnitude. Para eles, participar do intercâmbio representou um evento inédito e desafiador, que exigiu adaptação a um novo país, a uma nova língua e a uma cultura diferente, além da experiência de viajar de avião e se afastar pela primeira vez do ambiente familiar.

Essas mudanças, já observadas na prática, geraram sentimentos de ansiedade, medo, estresse e insegurança — reações naturais diante de transformações tão significativas. Contudo, sem o suporte emocional adequado, tais sentimentos podem prejudicar o desempenho dos estudantes, comprometer o aproveitamento da experiência e afetar sua saúde mental.

Adicionalmente, constatou-se que os responsáveis legais, muitas vezes, também não estão emocionalmente preparados para lidar com a distância e com as novas responsabilidades decorrentes da participação dos filhos no programa, o que pode impactar negativamente o bem-estar e a segurança emocional dos estudantes durante o intercâmbio.

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de oferta de acompanhamento psicológico contínuo para alunos e seus responsáveis legais. O serviço de avaliação psicológica (anamnese) e atendimento psicológico, previsto para as fases de preparação, durante o intercâmbio e após o retorno, será crucial para lidar com as questões emocionais que surgirem, identificar riscos psicológicos e oferecer suporte necessário à resolução de dificuldades emocionais, promovendo um ambiente de acolhimento e segurança psicológica.

Além da necessidade imediata de suporte emocional, a contratação de serviços especializados também se justifica sob a ótica pedagógica. A experiência do intercâmbio está diretamente ligada ao desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alinhadas ao Currículo Paulista, especialmente no que se refere ao fortalecimento das competências socioemocionais, como:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Autoconhecimento: reconhecimento das próprias emoções e limites em contextos desafiadores;
- Autocontrole emocional: gestão de sentimentos como ansiedade e medo;
- Empatia: compreensão e respeito por culturas e realidades distintas;
- Resiliência: superação de dificuldades e adaptação a novos ambientes;
- Comunicação assertiva: expressão clara de sentimentos e ideias em diferentes idiomas e contextos sociais.

O Programa Prontos pro Mundo também se alinha aos princípios da Educação Integral, conforme o Programa São Paulo Integral, buscando formar estudantes em todas as suas dimensões – intelectual, emocional, social e cultural – e em conformidade com os objetivos do Plano Estadual de Educação (Lei Estadual nº 16.279/2016) e do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014).

Dessa maneira, o suporte psicológico contínuo não apenas protege a saúde mental dos participantes, mas também atua como **instrumento pedagógico essencial** para o desenvolvimento integral dos estudantes, favorecendo a permanência escolar, a formação de competências globais e o sucesso na experiência internacional.

A contratação de serviços especializados na área de psicologia por Teleatendimento para atendimento dos alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dos seus representantes legais, que participam do Programa Prontos pro Mundo, intercâmbio internacional, conforme diretrizes da Subsecretaria Pedagógica - SUPED, com objetivo de oferecer esse suporte de maneira eficiente, atenderá à demanda de acompanhamento especializado e personalizado, garantindo que os alunos e seus responsáveis estejam emocionalmente preparados para enfrentar os desafios dessa vivência internacional. Essa medida visa promover a integridade emocional, a autonomia, o equilíbrio psicológico e o sucesso acadêmico e pessoal dos participantes, com seu retorno ao Brasil de forma saudável e enriquecida.

Portanto, justifica-se plenamente a contratação deste serviço especializado, tanto pela necessidade de assegurar o bem-estar emocional dos envolvidos, quanto pela contribuição direta ao sucesso pedagógico e desenvolvimento integral dos estudantes da rede estadual de ensino.

## **2.1 Características da Necessidade**

A contratação de **empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico é essencial** para assegurar a efetividade do Programa Prontos pro Mundo – Intercâmbio Internacional de Alunos, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP).

A experiência de intercâmbio internacional constitui, para muitos estudantes da rede pública estadual, a primeira oportunidade de imersão em um ambiente cultural, linguístico e social completamente distinto. Essa vivência é extremamente enriquecedora do ponto de vista pedagógico, pois favorece o desenvolvimento de competências globais, o exercício da autonomia, o amadurecimento emocional e o fortalecimento das habilidades de convivência intercultural.

No entanto, também impõe aos estudantes — e, em certa medida, aos seus responsáveis legais — desafios emocionais e psicológicos significativos, situação já constatada na primeira edição do Programa Prontos pro Mundo, realizada no primeiro semestre de 2025, com alunos selecionados em 2024.

A adaptação a um novo país, a distância da família, as barreiras linguísticas e culturais, bem como a pressão por desempenho acadêmico no exterior, são fatores que podem desencadear sentimentos de ansiedade, medo, estresse e insegurança. Tais reações, naturais em contextos de transformação profunda, quando não acompanhadas de suporte emocional especializado, podem comprometer o bem-estar dos estudantes, prejudicar sua experiência intercultural e afetar negativamente seu desempenho acadêmico.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Esses aspectos impactam diretamente o processo educativo, sendo o equilíbrio emocional dos estudantes condição fundamental para o pleno aproveitamento pedagógico da experiência internacional. A ausência de suporte pode comprometer o desempenho acadêmico e social, aumentar o risco de evasão e dificultar a readaptação ao ambiente escolar brasileiro.

Nesse sentido, o suporte psicológico ofertado articula-se às estratégias de Educação Integral, conforme preconizado pelo Plano Estadual de Educação (Lei Estadual nº 16.279/2016) e pelo Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), que orientam a promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes em suas dimensões cognitiva, emocional, social e cultural.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece entre suas competências gerais o estímulo ao:

- Autoconhecimento e à gestão emocional;
- Empatia e respeito à diversidade;
- Resiliência frente a situações desafiadoras;
- Responsabilidade e cidadania ativa.

Essas competências são diretamente desenvolvidas, consolidadas e fortalecidas por meio da experiência do intercâmbio, desde que os alunos disponham de suporte psicológico contínuo para lidar com os desafios emocionais decorrentes dessa vivência.

Portanto, a contratação ora proposta não é apenas uma medida de apoio administrativo ou assistencial, mas uma ação pedagógica estratégica, diretamente vinculada à promoção da aprendizagem significativa, do bem-estar estudantil, da permanência e do sucesso educacional no âmbito do Programa Prontos pro Mundo.

**A prestação dos serviços de avaliação psicológica (anamnese) para alunos e atendimento psicológico remoto para alunos e responsáveis legais, se necessário, o qual garantirá:**

- A preparação emocional dos estudantes antes da viagem;
- O acompanhamento contínuo durante a experiência internacional;
- O suporte no processo de reintegração escolar após o retorno;
- A tranquilidade emocional dos responsáveis legais, fator que também repercute positivamente no desempenho dos alunos.

Dessa forma, a contratação de serviços especializados em teleatendimento psicológica constitui requisito pedagógico e estratégico essencial para assegurar o alcance pleno dos objetivos do programa, a formação integral dos estudantes e a consolidação de uma educação que respeita e promove todas as dimensões do desenvolvimento humano.

## **2.2 Fundamentação Legal da contratação**

A contratação de serviços especializados na área de psicologia por Teleatendimento será realizada mediante a modalidade de pregão eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

A escolha do pregão eletrônico justifica-se por assegurar maior transparência, publicidade, competitividade e eficiência, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal.

A prestação dos serviços observará a **Resolução CFP nº 09/2024**, do Conselho Federal de Psicologia, que regulamenta o atendimento psicológico mediado por tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Tal normativa estabelece padrões éticos e técnicos para a atuação profissional remota, garantindo qualidade, sigilo profissional e segurança dos dados dos pacientes.

Considerando que os beneficiários dos atendimentos são, em sua maioria, alunos menores de 16 anos, será obrigatória a observância das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial os artigos 13, 14 e 100, que asseguram o direito à proteção integral da criança e do adolescente, incluindo a prestação de serviços de saúde e de apoio psicossocial com o devido consentimento dos pais ou responsáveis.

O consentimento será obtido mediante processo de assinatura digital do termo de consentimento informado, garantindo transparência e respeito às normas éticas e legais.

Do ponto de vista pedagógico, a oferta de suporte psicológico encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece, como uma das competências gerais da educação básica, o desenvolvimento das competências socioemocionais — como o autoconhecimento, o autocontrole emocional, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de lidar com emoções e resolver conflitos.

A prestação do suporte psicológico também é coerente com os princípios da Educação Integral, conforme preconizado no Plano Estadual de Educação (Lei Estadual nº 16.279/2016) e no Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), que defendem o desenvolvimento pleno dos estudantes, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais.

Assim, a contratação dos serviços de especializados na área de psicologia por Teleatendimento para anamnese, direcionada aos alunos, e acompanhamento psicológico aos alunos e responsáveis legais do Programa Prontos pro Mundo está plenamente fundamentada tanto no âmbito jurídico quanto no pedagógico, garantindo a proteção à infância e adolescência, a promoção da saúde mental e o fortalecimento das competências essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

### **2.3 Resultados Esperados**

A mensuração dos resultados pretendidos será realizada com foco na economicidade, eficiência e efetividade pedagógica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos.

A aferição da efetividade dos serviços prestados contemplará não apenas os aspectos administrativos, mas também o impacto direto na formação integral dos estudantes, em especial no desenvolvimento das competências socioemocionais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Serão considerados como evidências de sucesso:

- A capacidade de apoio emocional durante a adaptação cultural;
- A redução de situações de ansiedade grave entre os participantes;
- A permanência e o desempenho dos alunos no programa de intercâmbio.

A avaliação e validação dos serviços será realizada pela Subsecretaria Pedagógica (SUPED), com base em:

- Monitoramento sistemático dos relatórios gerenciais emitidos pela empresa contratada;
- Análise da qualidade e tempestividade dos atendimentos psicológicos;
- Acompanhamento dos indicadores de desempenho acadêmico e emocional dos estudantes;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Emissão das respectivas Autorizações de Serviço (AS) para controle de execução.

A atuação da empresa poderá ser fiscalizada a qualquer momento, mediante inspeção documental e amostral das atividades, com verificação da adequação dos horários, do cumprimento das exigências contratuais e da conformidade pedagógica dos serviços, de forma a garantir o atendimento aos objetivos estratégicos do Programa Prontos pro Mundo.

## **2.4. Desempenho e Metas de Atendimento**

2.4.1. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) estimado para a prestação de informações, orientações ou solução de problemas será de 03 (três) minutos. Além disso, 85% das ligações devem ser atendidas em até 30 (trinta) segundos, especialmente para informações e auxílio no agendamento virtual. O índice de perda deverá ser de 6%. Esses índices serão avaliados somente após 45 (quarenta e cinco) dias do início da operação. -

2.4.2. A contratante terá acesso remoto ao sistema para monitoramento das ocorrências atendidas, incluindo as seguintes informações:

ANS	AÇÃO	ACORDO ESTIPULADO	PENALIDADE
I	Atendimento cancelado pelo profissional	Aceito até 5% de cancelamento por especialidade ao mês por qualquer motivo.	0,5%, calculado sobre a fatura total mensal, a cada cancelamento no mês, até o limite de 20% da fatura mensal.
II	Qualidade de som e imagem	Avaliação menor que 3 na qualidade de som e imagem da teleconsulta.	0,5%, calculado sobre a fatura total mensal, a cada incidência, até o limite de 20% da fatura mensal.
III	Cordialidade no atendimento	Avaliação menor que 3 na cordialidade do profissional durante a teleconsulta.	5%, calculado sobre a fatura total mensal, quando a média da avaliação for inferior a 4.
IV	Central de Atendimento	85% das ligações devem ser atendidas em até 30 segundos.	Atrasos no atendimento superior a 10% do previsto ocasionarão glosa de 5% sobre o valor mensal do contrato.
V	Profissionais para teleatendimentos	Agenda e disponibilidade para 100% dos atendimentos.	Glosa de 0,1% ao dia sobre o valor mensal do contrato, para cada teleconsulta não realizada por falta de agenda.

2.4.2. A avaliação será feita com critério de 1 a 5 (1 - ruim; 2 - regular; 3 - bom; 4 - ótimo; 5 - excelente). Serviços avaliados com nota inferior ou igual a 3 (três) terão descontos de 10% no valor mensal do serviço realizado.

2.4.3. Esses indicadores visam assegurar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, garantindo a continuidade dos atendimentos de forma eficaz e em conformidade com os objetivos da contratante.

## **3. ÁREA REQUISITANTE**

Área requisitante: SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA - SUPED  
Responsável: Daniel Cabral Casado de Barros





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Equipe de Psicologia:**

**Registro Regular no Conselho Regional de Psicologia (CRP):** Todos os profissionais envolvidos no atendimento psicológico devem estar com o registro ativo e regular no CRP, conforme as normativas e regulamentações vigentes, demonstrando comprometimento com as exigências legais para o exercício da profissão.

**Experiência em Atendimento Psicoterapêutico por Teleatendimento:** Os profissionais devem possuir experiência comprovada em atendimentos psicoterapêuticos realizados por meio de teleatendimento, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), garantindo a eficácia e segurança dos atendimentos à distância.

**Capacitação em Acompanhamento Psicológico para Jovens e Adolescentes:** A equipe deve possuir formação ou capacitação específica em psicologia voltada para o acompanhamento de jovens e adolescentes, com ênfase em contextos de mudanças culturais e adaptação a ambientes internacionais, como os intercâmbios. A experiência prévia em contextos multiculturais será considerada um diferencial.

**Disponibilidade de Atendimento Flexível:** A equipe de psicólogos deverá garantir a disponibilidade de atendimento em horários flexíveis, levando em consideração as possíveis diferenças de fuso horário entre o Brasil e os países de destino dos alunos intercambistas, permitindo uma maior adesão e continuidade do acompanhamento psicológico.

**Especialização no Atendimento a Menores:** Os profissionais devem possuir especialização ou experiência comprovada no atendimento psicológico de menores de idade, com uma abordagem adequada para a compreensão e manejo das questões emocionais e comportamentais específicas dessa faixa etária.

**Carga Horária Mínima:** Os psicólogos deverão se comprometer a prestar os serviços contratados com uma carga horária mínima de 30 horas semanais, a fim de garantir a continuidade e consistência no acompanhamento dos alunos e responsáveis

**Responsável Técnico na Área de Psicologia:** A empresa contratada deverá contar com um Responsável Técnico registrado e habilitado na área de Psicologia junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP), com registro específico para essa função, conforme exigido pela legislação vigente. O Responsável Técnico será incumbido de assegurar que todos os atendimentos psicológicos estejam de acordo com as normas éticas e técnicas da profissão, garantindo a qualidade e a conformidade dos serviços prestados aos alunos e suas famílias.

**Garantir que o corpo técnico disponibilizado pela empresa seja próprio, com comprovação da relação mediante apresentação da documentação atinente ao vínculo empregatício (carteira de trabalho assinada - CLT) ou à prestação de serviços em regime de pessoa jurídica (contrato de prestação de serviços).**

Adicionalmente, o sistema deverá atender aos seguintes requisitos:

- Realizar testes de consistência dos dados inseridos nos campos do sistema.
- Oferecer uma funcionalidade para avaliação dos serviços ao final de cada teleconsulta.
- Gerar relatórios gerenciais e operacionais para monitoramento e gestão do serviço.
- Disponibilizar uma API para integração com outros sistemas.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Fornece, sem custo adicional, novas versões do sistema ao longo do contrato, incluindo correções de erros e bugs.
- Assumir integralmente os custos operacionais dos serviços.
- Garantir a proteção de dados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Operar em formato *White Label*, permitindo a personalização visual da plataforma conforme as necessidades do contratante.

Esses requisitos visam garantir a eficiência, a segurança, a atualização contínua e a personalização do serviço oferecido. Para assegurar o cumprimento de tais exigências, o processo de contratação contempla a análise criteriosa da documentação e dos dados apresentados pela empresa contratada, a verificação de referências, a avaliação da capacidade financeira e a adoção de medidas sistemáticas de controle e monitoramento ao longo da vigência contratual, sob responsabilidade da empresa organizadora dos serviços prestados.

O aluno ou seu responsável legal poderá solicitar a troca do profissional designado, mediante justificativa formalizada. Essa solicitação será analisada e avaliada pelo coordenador da área responsável e pelo responsável técnico da empresa contratada, que deverão deliberar sobre a pertinência da substituição, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento psicológico.

#### **4.1.1. Plataforma Digital:**

Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018): A plataforma deve garantir a conformidade total com a LGPD, implementando medidas rigorosas para assegurar a proteção, segurança e privacidade das informações pessoais, dados sensíveis e históricos dos pacientes e profissionais. Isso inclui a criptografia de dados tanto em repouso quanto em trânsito, controles de acesso adequados e políticas claras sobre o tratamento de dados.

Compatibilidade com Dispositivos Móveis e Desktops: A plataforma deve ser plenamente compatível com dispositivos móveis (smartphones e tablets), além de desktops, garantindo uma experiência de usuário fluida e sem interrupções. A interface deverá ser intuitiva, adaptando-se a diferentes tamanhos de tela e resoluções, assegurando acesso fácil e eficiente de qualquer lugar.

Funcionalidades de Agendamento e Gerenciamento de Prontuários: A plataforma deverá incluir funcionalidades avançadas para o agendamento de consultas, com interface clara para escolha de horários, e gerenciamento de prontuários eletrônicos, permitindo o registro e acompanhamento de todo o histórico clínico do paciente. Além disso, deverá ser possível emitir relatórios detalhados e individualizados de acompanhamento dos alunos e responsáveis.

Comunicação Segura e Confidencial: A plataforma deve oferecer recursos de comunicação segura, incluindo videochamadas criptografadas de ponta a ponta e mensagens protegidas, para garantir a confidencialidade dos atendimentos. Além disso, deve dispor de canais de suporte técnico dedicados para solucionar dúvidas dos usuários de forma rápida e eficaz, com garantia de sigilo.

A plataforma deverá ser segura, responsiva e otimizada para garantir acessibilidade plena, sem barreiras, assegurando que os alunos e seus responsáveis legais possam acessar os serviços de qualquer localidade — seja em ambientes domésticos, educacionais ou de trabalho — e por meio de qualquer dispositivo (computadores, tablets ou smartphones), sem prejuízo da experiência do usuário.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

É imprescindível que a solução atenda, de forma adequada, às necessidades de **alunos elegíveis da Educação Especial**, garantindo compatibilidade com recursos assistivos, como leitores de tela, navegação por teclado, contraste ampliado e demais diretrizes de acessibilidade previstas nas normas técnicas e legais vigentes (WCAG, e-MAG e legislação nacional). A plataforma deve assegurar que esses usuários tenham uma experiência de uso equitativa, autônoma e contínua, conforme os princípios da inclusão e da equidade educacional.

#### **4.2 Comprovação da habilitação e capacidade técnica e do conhecimento jurídico e normativo:**

A contratada deve comprovar a habilitação necessária para a prestação de serviços de psicologia, garantindo que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, legalmente habilitados, com registro no conselho regional de Psicologia regular do Estado de origem, não sendo necessária qualquer inscrição suplementar por se tratar de teleatendimento, conforme rege o Código de Ética da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº18/2002, conforme a Lei nº 5.766, de 20/12/1971, do Conselho Federal de Psicologia.

Possuir conta verificada (selo verde) perante a plataforma ou aplicativo de atendimento mencionado no item 3.

Comprovar atuação em mercado por no mínimo 12 meses até a data do certame, com apresentação de atestados de capacidade técnica para atendimento de 50% do volume total contratado, nos termos da art. 67 da Lei 14.133/2021, ou seja 10.500 horas.

#### **4.3 Comprovação de idoneidade e comprometimento com a segurança, sigilo, transparência e lisura do serviço prestado**

A contratada deve comprovar sua idoneidade ético-profissional, a inexistência de pendências fiscais e trabalhistas, regularidade jurídica e fiscal, ausência de condenações por práticas ilegais ou antiéticas, e aderência aos princípios da administração pública, conforme determinado pela Lei nº 14.133/2021 e demais normativas pertinentes.

A contratada deverá comprovar sua capacidade operacional e técnica para assegurar o oferecimento contínuo de consultas psicológicas, realizadas por meio de plataforma eletrônica de teleatendimento, com funcionamento ininterrupto, ou seja, **disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana**, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

Além disso, deverá ser garantida a adequação da oferta de horários às necessidades dos estudantes, conforme os fusos horários locais dos países de destino do intercâmbio, conforme detalhado nas fases descritas neste documento. Tal adequação é essencial para assegurar o acesso oportuno dos alunos aos atendimentos regulares e ao suporte emergencial, independentemente do país em que estejam inseridos.

No caso específico de atendimento emergencial, a CONTRATADA deverá disponibilizar canal de acolhimento psicológico com funcionamento 24 horas por dia, 07 dias por semana, assegurando resposta rápida e qualificada, inclusive em situações de urgência emocional que ocorram fora do horário padrão de atendimento e dentro do contexto de deslocamento internacional dos estudantes que pode ser realizado nos seguintes países: Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido da Grã-Bretanha.

A contratada deverá incluir um plano de contingência eficaz, que assegure atendimento psicológico imediato e de qualidade para alunos que necessitem de intervenção urgente durante o programa.

Essa plataforma deverá oferecer orientação ao usuário, incluir um manual de uso, e contar com um sistema de pós-atendimento integrado aos demais sistemas mencionados, com o objetivo de fornecer soluções para eventuais dúvidas relacionadas a medicações, queixas, questionamentos e/ou reclamações. Além disso, a plataforma deve gerar relatórios de dados e permitir consultas parametrizáveis pelos usuários.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

O teleatendimento será iniciado por um profissional de psicologia.

**A dinâmica dos Atendimentos será:**

**Fase 1 - Processo Seletivo - Anamnese (3 a 6 meses antes do embarque)**

Cada aluno passará por uma sessão de anamnese para avaliação do estado emocional e identificação de necessidades específicas. Como esta fase é eliminatória, o número de atendimentos será ampliado em 25%.

- Estimativa de alunos para anamnese: 1.250\* alunos por ano
- Total de sessões de anamnese: 1.250 sessões

**Horários de atendimento:**

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Sem atendimento emergencial

**\*Justificativa:** Considerando o histórico do Programa Prontos pro Mundo e os dados das edições anteriores, verifica-se uma média de aproximadamente 25% de desistência por parte dos estudantes convocados para assumir as vagas do intercâmbio educacional. Essas desistências ocorrem por diversos motivos, como mudanças de contexto familiar, dificuldades pessoais, recusa dos responsáveis legais ou questões emocionais identificadas tardiamente.

Diante disso, para garantir a continuidade e a efetividade da Fase 1 do processo seletivo — que inclui a realização de sessões de anamnese com caráter eliminatório — faz-se necessária a contratação de 25% a mais de sessões em relação ao número de estudantes estimados inicialmente. Essa medida preventiva visa atender com qualidade todos os convocados, bem como possibilitar a chamada de suplentes sem comprometer o cronograma e a integridade da seleção.

Assim, a previsão de 1.250 sessões de anamnese inclui essa margem adicional, assegurando a cobertura adequada da demanda total e evitando prejuízos à execução do programa.

**Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque (3 a 6 meses antes do embarque)**

Cada um dos 1.000 alunos selecionados e, se necessário, 1.000 responsáveis, terão 6 sessões de atendimento psicológico (1 a cada 15 dias por 3 meses).

- Total de sessões para alunos: 1.000 alunos × 6 sessões = 6.000 sessões
- Total de sessões para responsáveis: 1.000 responsáveis × 6 sessões = 6.000 sessões

**Horários de atendimento:**

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

**Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio (3 meses).**

Durante a estadia no exterior, cada aluno receberá 3 sessões de acompanhamento psicológico ao longo dos 3 meses.

- Total de sessões para alunos: 1.000 alunos × 3 sessões = 3.000 sessões

**Horários de atendimento:**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário Internacional (a depender do país que o aluno está fazendo intercâmbio)
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

**Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação à Realidade**

Cada aluno terá acesso a 6 sessões de readequação para facilitar sua readaptação.

- Total de sessões para alunos: 1.000 alunos × 6 sessões = 6.000 sessões

**Horários de atendimento:**

- a) Segunda a sexta-feira: das 07h às 21h
- b) Sábados: das 08h às 14h
- c) Fuso horário de Brasília (GMT -3)
- d) Atendimento emergencial disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados nacionais e internacionais.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Considerando a exigência da Lei 14.133/2021, que estabelece a necessidade de justificativa clara sobre o objeto a ser contratado, bem como a busca por alternativas viáveis e mais adequadas às necessidades da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), foi realizado um levantamento de mercado para identificar opções de serviços especializados em teleatendimento em psicologia. Esse levantamento teve o intuito de avaliar as melhores soluções disponíveis, alinhadas com as necessidades de saúde mental e bem-estar dos alunos inseridos no Programa Prontos pro Mundo, bem como de seus responsáveis legais.

Alternativas Consideradas: Durante o levantamento de mercado, foram analisadas as seguintes alternativas:

- Busca por instituições parceiras ou conveniadas à SEDUC-SP, com o objetivo de expandir a oferta de serviços de saúde mental para os alunos beneficiários do Programa Prontos pro Mundo da SEDUC-SP, bem como dos seus responsáveis legais, através de parcerias já estabelecidas ou possíveis convênios.
- Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico, possibilitando o atendimento remoto e flexível para os alunos beneficiários, com a utilização de tecnologias avançadas para consultas virtuais.
- Justificativa da Escolha: Após análise das alternativas, a decisão pela contratação de uma empresa especializada em teleatendimento em psicologia se justifica pelos seguintes pontos:
  - Capacidade de Escalabilidade: A contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico oferece a flexibilidade necessária para atender a uma demanda crescente de forma ágil e eficiente, ampliando o acesso aos serviços de psicologia de maneira escalável e sem as limitações de recursos ou estrutura de instituições parceiras.
  - Abrangência e Flexibilidade: A opção por instituições parceiras ou convênios pode ser limitada pela disponibilidade e pelo alcance geográfico das instituições envolvidas. Em contrapartida, a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico possibilita a oferta de serviços de psicologia em qualquer local, sem as limitações geográficas ou de horários associadas aos atendimentos presenciais. Isso garante uma cobertura abrangente, acessível de qualquer lugar e a qualquer momento.
  - Tecnologia e Conveniência: O uso de tecnologias avançadas em teleatendimento possibilita



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

consultas remotas, oferecendo conveniência e comodidade tanto para alunos do Programa quanto de seus responsáveis legais. Isso permite que os beneficiários acessem os serviços de psicologia de maneira mais eficiente e sem as limitações físicas de um atendimento presencial.

- **Regime de Execução:** Diante da escolha pela contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico, será adotado o regime de execução por empreitada por posto de trabalho aberto por demanda, mensurado por unidade de teleatendimento de psicologia (Psicólogo) e horas de teleatendimento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Este modelo é o mais adequado para serviços que precisam ser realizados de forma contínua, com a possibilidade de mensuração clara da quantidade de atendimentos prestados, e o valor do contrato será calculado com base na multiplicação do preço unitário pelo volume de serviços contratados.

Assim, a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico é uma solução acessível, escalável, abrangente e tecnologicamente avançada, que atenderá às necessidades de saúde mental dos alunos do Programa e de seus responsáveis legais. Este modelo de contratação está em conformidade com os requisitos da Lei nº 14.133/2021 e visa garantir a efetividade e qualidade no atendimento aos servidores e discentes, oferecendo um serviço de saúde mental remoto, acessível e de alta qualidade.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O Programa Prontos pro Mundo - Intercâmbio Internacional de Alunos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) tem como objetivo proporcionar experiências culturais e educacionais no exterior para alunos da rede pública estadual. No entanto, a vivência de um intercâmbio pode trazer desafios psicológicos significativos tanto para os alunos quanto para seus familiares. Dessa forma, a solução proposta consiste na contratação de serviços de teleatendimento para oferecer suporte psicológico antes, durante e após o intercâmbio, garantindo a adaptação emocional e o bem-estar dos participantes.

Os Objetivos da Solução:

1. Oferecer suporte psicológico especializado aos alunos e seus responsáveis legais para facilitar a adaptação ao intercâmbio.
2. Identificar e tratar possíveis dificuldades emocionais e psicológicas antes do embarque, prevenindo impactos negativos na experiência do estudante.
3. Acompanhar os alunos durante a estadia no exterior para oferecer apoio emocional em momentos de dificuldade e adaptação cultural.
4. Auxiliar os alunos no processo de readaptação ao retornar ao Brasil, garantindo sua reintegração ao contexto acadêmico e social.

A solução será implementada por meio da contratação de uma empresa especializada em teleatendimento para a prestação de serviços psicológicos de forma remota. O atendimento será estruturado em quatro fases:

- **Fase 1 - Anamnese** (3 a 6 meses antes do embarque): Avaliação psicológica inicial de todos os alunos, com a identificação de necessidades específicas de acompanhamento.
- **Fase 2 - Atendimento Pré-Embarque** (3 a 6 meses antes do embarque): Atendimentos quinzenais para alunos e, se necessário, seus responsáveis, visando preparação emocional para o intercâmbio.
- **Fase 3 - Acompanhamento Durante o Intercâmbio** (3 meses): 3 sessões ao longo de 3 meses para auxiliar na adaptação ao novo ambiente.
- **Fase 4 - Retorno do Aluno e Readequação:** Atendimentos para garantir uma transição tranquila ao contexto acadêmico e social no Brasil.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Os serviços serão prestados exclusivamente por psicólogos habilitados e registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com experiência comprovada em teleatendimento. A plataforma de atendimento deverá seguir os padrões de segurança e privacidade exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição das quantidades considerou os parâmetros da Lei nº 17.861, de 22 de dezembro de 2023, que institui o Programa de Intercâmbio “Prontos para o Mundo”, destinado a alunos da rede pública estadual de ensino de São Paulo.

Prevê-se a prestação de atendimento psicológico a 1.000 (mil) alunos participantes do Programa e 1.000 (mil) responsáveis legais, totalizando o público-alvo da presente contratação.

### GRUPO ÚNICO

Fase	Descrição	Total de sessões
1	Anamnese	1.250*
2	Atendimento Pré-Embarque	12.000
3	Acompanhamento Durante o Intercâmbio	3.000
4	Retorno e Readequação	6.000
<b>Total Geral</b>		<b>22.250</b>

\*O atendimento poderá ter variação de 25%, considerando a possibilidade de desistências.

A memória de cálculo segue anexa ao processo.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Valor (R\$) 3.873.380,00**

### CONTEXTUALIZANDO:

a) Anterior a pesquisa de mercado

Inicialmente foram apresentados os valores referência baseados na precificação da tabela vigente a partir de junho de 2024, divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia, que estabelece os seguintes valores:

1. Consulta Psicológica (Anamnese): R\$ 309,78
2. Consulta Psicológica: R\$ 319,76

A estimativa de valores totais considera a projeção da quantidade de atendimentos ao longo do período contratado, levando em conta a variação de demanda mensal e a capacidade de atendimento.

Em razão das diferenças regionais e do perfil de atendimento, é necessário adotar uma margem de flexibilidade para ajustes conforme a necessidade identificada.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO -custo por consulta	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços de teleatendimento em psicologia	14060	Anamnese	1.250	R\$ 309,78	R\$ 387.225,00
2	Contratação de empresa especializada para de serviços de teleatendimento em psicologia	14060	Hora Psicologia	21.000*	R\$ 319,76	R\$ 6.714.960,00
TOTAL						R\$ 7.102.185,00

\*Correspondente às seguintes fases de atendimento: fase 2 (12.000 sessões), fase 3 (3.000 sessões) e fase 4 (6.000 sessões).

**b) Após pesquisa de mercado realizada conforme Decreto Estadual nº 67.888/2023 que regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133/2021.**

O Centro de Processamento de Licitações e Contratos (CPLIC) responsável pela realização da pesquisa de mercado, explanou sobre a utilização dos parâmetros indicados no Decreto Estadual nº 67.888/2023 no processo 015.00370086/2025-23:

**Parâmetro I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como a ferramenta de pesquisa de preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde - BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro.**

**· PAINEL DE PREÇOS**

O Pannel de Preços, desenvolvido pela equipe da Secretaria de Gestão - SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, disponibiliza de forma amigável, dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e Comprasnet, com o objetivo de auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões acerca dos processos de compra, dar transparência aos preços praticados pela Administração e estimular o controle social.

Para a composição do valor referencial do serviço solicitado foi utilizado o código CATSER **14060** indicado no Termo de Referência, que possui como descrição “Terapia – Psiquiatria.” O período disponibilizado nesta consulta foi de 180 (cento e oitenta) dias. O sistema retornou com o valor médio e a mediana de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais), além de dois registros de contratação anteriores constantes no sistema federal. Documento SEI: 0076258475

**Parâmetro II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

**de preços, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro.**

**·IBEC**

Para atendimento ao Parâmetro II, utilizamos de consulta ao portal IBEC (Indicadores da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo), considera os valores empenhados nas contratações públicas de São Paulo e apresenta indicadores de preços referenciais e negociados nos certames licitatórios.

Desta forma, realizamos a consulta ao código “: **219525 - DIAGNOSE E TERAPIA**”. Entretanto, não foi possível localizar resultado disponível para a consulta, conforme indicado em: 0076258475.

**Parâmetro III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.**

Considerando as especificidades desta contratação, que envolvem diferentes serviços e quantitativos específicos, não foi possível a localização de sites de mídia especializada que disponibilizem valores de mercado para utilização neste parâmetro.

**Parâmetro IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital**

Para este parâmetro, foi enviada uma solicitação formal de orçamento, por e-mail, aos fornecedores do ramo cadastrados nas linhas de fornecimento do CAUFESP “221 – SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS” e “903 – SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – AUXILIARES À SAÚDE” que obteve 2.189 resultados.

**Parâmetro V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, na forma estabelecida em ato do Secretário de Gestão e Governo Digital.**

O atendimento a este parâmetro, nas formas previstas no Decreto Estadual nº 67.888/2023, não é possível de ser realizada até o presente momento, tendo em vista a inexistência de banco de notas fiscais no âmbito estadual e federal.

Tendo assim finalizada a pesquisa com os valores conforme disposto no quadro abaixo:

1. Consulta Psicológica (Anamnese): R\$ 304,36
2. Consulta Psicológica: R\$ 166,33

**GRUPO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO- custo por consulta	VALOR TOTAL MENSAL
1	Contratação de empresa especializada para	14060	Anamnese	1.250	R\$ 304,36	R\$ 380.450,00



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

	de serviços de teleatendimento em psicologia					
2	Contratação de empresa especializada para de serviços de teles saúde por meio de Teleatendimento em psicologia	14060	Hora Psicologia	21.000	R\$ 166,33	<b>R\$ 3.492.930,00</b>
<b>Total para 12 meses</b>						<b>R\$ 3.873.380,00</b>

Necessário esclarecer que, em atendimento ao previsto no caput do artigo 23 da Lei 14.133/2021, para a base dos valores foi utilizada a média dos preços ofertados pelas empresas que em seus sites oficiais demonstravam ter capacidade e qualidade técnica para atendimentos e, os valores constantes de bancos de dados públicos.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A prestação de serviços psicológicos para os alunos e responsáveis do Programa Prontos pro o Mundo - Intercâmbio Internacional de Alunos da SEDUC-SP envolve um conjunto de atividades que se estendem desde a fase preparatória até o retorno ao Brasil. A continuidade e a integralidade do suporte psicológico são essenciais para o sucesso da adaptação dos alunos ao intercâmbio e sua reintegração ao contexto acadêmico e social após o retorno. Dada essa necessidade, a solução foi estruturada em quatro fases, garantindo atendimento contínuo e suporte adequado em cada etapa da experiência.

A complexidade do objeto da contratação exige uma abordagem integrada. O suporte psicológico deve ser prestado por profissionais qualificados que acompanhem os alunos e responsáveis ao longo de toda a experiência do intercâmbio. A fragmentação do serviço entre diferentes fornecedores poderia comprometer a continuidade do acompanhamento, dificultando a criação de um vínculo terapêutico e prejudicando a eficácia das intervenções psicológicas. Além disso, a necessidade de integração das informações dos atendimentos, respeitando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), reforça a importância de a solução ser implementada por um único prestador.

A adoção de uma solução única proporciona economia de escala, reduzindo custos administrativos e operacionais associados à gestão de múltiplos contratos. A centralização dos serviços também otimiza a logística de atendimento, simplificando o processo de monitoramento e avaliação do desempenho da contratação. Dessa forma, a contratação de um único prestador garante maior eficiência na gestão do programa, além de evitar redundâncias e possíveis incompatibilidades entre diferentes fornecedores.

Considerando os fatores técnicos, a necessidade de integração, os ganhos em economia e eficiência, e a importância da continuidade do atendimento, optou-se por não parcelar a contratação. A decisão por um único prestador assegura que os alunos e responsáveis tenham acesso a um suporte psicológico contínuo, qualificado e seguro ao longo de todas as fases do intercâmbio, garantindo o sucesso da iniciativa e o bem-estar dos participantes.

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

No âmbito da SEDUC-SP não existem atualmente contratações correlatas para o objeto ora licitado. Contratos que tenham por objeto a disponibilização de atendimento psicológico para os alunos e seus responsáveis legais. Para a contratação e execução do objeto ora discutido não se verifica a necessidade de quaisquer outras contratações interdependentes.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Objeto da contratação está prevista no Plano de Contratação Anual de 2025 nos termos do Decreto nº67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta nas informações básicas do Termo de Referência.

## 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A implementação deste serviço trará impactos positivos diretos e indiretos para os alunos, seus responsáveis e a comunidade escolar como um todo. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

- Acesso ampliado a cuidados especializados em saúde mental, garantindo suporte qualificado para o diagnóstico precoce, tratamento adequado e acompanhamento contínuo de questões psicológicas e psiquiátricas.
- Promoção do bem-estar emocional e prevenção de transtornos mentais, reduzindo o estresse, a ansiedade e outros desafios emocionais que podem impactar a vida acadêmica e pessoal dos alunos.
- Melhoria do desempenho escolar e redução da evasão, ao proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor e adequado às necessidades emocionais dos estudantes.
- Apoio estruturado aos responsáveis, oferecendo acompanhamento psicológico quando necessário e garantindo maior transparência e participação no processo de atendimento.
- Eficiência e acessibilidade do serviço por meio do teleatendimento em psicologia, permitindo que os atendimentos sejam realizados de forma remota, segura e contínua, independentemente da localização dos alunos e seus familiares

A contratação dos serviços de teleatendimento de psicológica representa uma medida estratégica e indispensável para garantir o suporte adequado à saúde mental dos alunos da SEDUC-SP, que participarão do Programa “Prontos pro Mundo”. Além de contribuir para o bem-estar e desenvolvimento emocional dos estudantes, o serviço impacta positivamente.

Essa iniciativa está alinhada com as diretrizes de saúde pública e políticas educacionais do Estado de São Paulo, adotando as melhores práticas para garantir acessibilidade, qualidade e efetividade no atendimento.

Dessa forma, o teleatendimento se consolida como uma solução inovadora, segura e eficaz para atender às demandas crescentes de suporte psicológico, necessárias aos alunos participantes do Programa “Prontos pro Mundo” no contexto educacional.

## 13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Previamente à assinatura do contrato, a Administração adotará um conjunto de providências destinadas a garantir a adequada execução contratual, em observância ao disposto no **artigo 5º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 68.017/2023** e ao **§1º, inciso X, do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Essas medidas, de caráter **preventivo e preparatório**, têm como finalidade assegurar o **alinhamento técnico e operacional entre as áreas envolvidas**, de modo a fortalecer a governança contratual, prevenir riscos à execução e garantir o alcance dos resultados esperados pelo Programa Prontos pro Mundo.

Considerando a natureza especializada do objeto, que envolve atendimento psicológico a alunos e responsáveis legais, será promovido alinhamento prévio junto à **Divisão de Pessoas (DIPES)** e à **Diretoria de Contratos e Convênios (DICON) da SEDUC-SP**.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

A participação dessas unidades tem por objetivo assegurar que:

- os aspectos técnicos e éticos relacionados à prestação dos serviços psicológicos sejam devidamente observados, com apoio da CGRH, que detém expertise na área de saúde e bem-estar; e
- os procedimentos contratuais e operacionais estejam em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes internas de gestão contratual, com orientação da Coordenadoria de Contratos.
- Esse alinhamento prévio permitirá padronizar fluxos, prevenir inconsistências operacionais e garantir que a execução contratual seja iniciada de forma estruturada e segura.

Por parte da CONTRATANTE, serão observadas, entre outras, as seguintes providências preparatórias:

- Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, com definição de atribuições e responsabilidades, conforme a legislação vigente;
- Definição prévia dos marcos de aferição de cumprimento contratual, que subsidiarão os processos de medição, fiscalização e pagamento;
- Registro das deliberações e orientações técnicas decorrentes do alinhamento com a CGRH e a Coordenadoria de Contratos, de modo a formalizar as bases técnicas e administrativas que orientarão o início da execução contratual.

#### **14. IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. O uso de recursos tecnológicos na área da saúde representa um avanço estratégico, agregando valor aos serviços prestados, aumentando a eficiência operacional, reduzindo desperdícios e potencializando a efetividade dos atendimentos psicológicos, especialmente em programas educacionais como o Prontos para o Mundo.

14.2. A contratação de serviços de teleatendimento em psicologia está plenamente alinhada ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21, uma vez que promove benefícios diretos à sociedade, tais como diagnóstico e tratamento adequados de transtornos mentais, redução do absenteísmo escolar e laboral, e promoção do desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para o alcance das metas de saúde e educação previstas em políticas públicas.

14.3. A modalidade de atendimento remoto é estritamente necessária, considerando que os alunos participantes do programa estarão, durante a fase 3, fora do território brasileiro. O teleatendimento garante a continuidade do suporte psicológico, independentemente da localização geográfica dos alunos, assegurando acompanhamento profissional permanente durante toda a experiência internacional.

14.4. Além dos benefícios diretos à saúde, os impactos ambientais advindos da utilização do teleatendimento são majoritariamente positivos, conforme detalhamento a seguir:

**14.3.1. Redução da Pegada de Carbono:** Ao eliminar a necessidade de deslocamento de pacientes e profissionais, o teleatendimento reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa vinculadas ao transporte, alinhando-se às metas de sustentabilidade ambiental e às políticas de redução de carbono.

**14.3.2. Menor Consumo de Recursos Físicos:** A modalidade remota diminui a demanda por grandes espaços físicos e pelo consumo de materiais descartáveis em clínicas e consultórios, reduzindo impactos ambientais relacionados à construção civil e à geração de resíduos.

**14.3.3. Eficiência Energética:** Embora dependa de infraestrutura digital, o teleatendimento tende a ser mais eficiente energeticamente do que a manutenção integral de unidades físicas de saúde, reduzindo consumo de energia elétrica destinada a iluminação, climatização, aquecimento e ventilação de ambientes físicos.

**14.3.4. Otimização de Recursos Humanos:** O atendimento remoto permite que profissionais especializados sejam alocados de forma estratégica, priorizando casos de alta complexidade presencialmente e atendendo remotamente casos de baixa ou média complexidade, promovendo gestão sustentável do capital humano na saúde.

**14.3.5. Promoção da Saúde Pública e Sustentabilidade Social:** A ampliação do acesso a serviços psicológicos remotos contribui para prevenção de agravos à saúde mental, diminuição da demanda por atendimentos emergenciais e aumento do bem-estar coletivo, fortalecendo a sustentabilidade do sistema de saúde e gerando impactos sociais positivos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**14.3.6. Inclusão e Acessibilidade:** O teleatendimento garante maior acesso a consultas psicológicas para pessoas com mobilidade reduzida ou residentes em localidades remotas, promovendo equidade e inclusão social, em consonância com princípios de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade social.

14.5. Dessa forma, a contratação do teleatendimento em psicologia não apenas atende às exigências legais e aos objetivos do programa Prontos para o Mundo, como também se configura como modalidade indispensável, diante da necessidade de acompanhamento contínuo de alunos localizados no exterior, gerando impactos ambientais, sociais e operacionais positivos, justificando plenamente a escolha dessa modalidade de serviço.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de Planejamento declara viável a contratação da empresa especializada, considerando que a prestação de serviços de teleatendimento e atendimento psicológico é essencial para o sucesso do programa "Prontos para o Mundo - Intercâmbio". A empresa contratada será responsável por garantir o acompanhamento contínuo e a avaliação emocional dos alunos durante a experiência internacional, proporcionando um suporte técnico e psicológico de alta qualidade. Além disso, deverá fornecer ferramentas e capacitação adequadas, permitindo à SEDUC-SP assegurar a continuidade dos serviços de acompanhamento psicológico em intercâmbio, garantindo o bem-estar dos alunos e o bom desenvolvimento do programa no futuro.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO II  
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 015.00370086/2025-23)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE  
SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA  
PEDAGÓGICA E .....

O Estado de São Paulo, representado pela **Secretaria da Educação**, por intermédio da **Subsecretaria Pedagógica**, com sede na Praça da República, nº 53 – Centro, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo **Subsecretario**, Sr. **Daniel Cabral Casado de Barros**, nomeado(a) pelo(a) **[Portaria/.....]** nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., **[portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)]**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.00370086/2025-23 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ...../....., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **na área de psicologia por Teleatendimento com foco em avaliação e atendimento psicológico para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e de seus representantes legais, que participam do Programa “Prontos pro Mundo”, intercâmbio internacional**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento	14060	Anamnese	1.250		



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

	em psicologia					
2	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	14060	H o r a Psicologia	21.000		
VALOR TOTAL						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data da publicação do Contrato no PNCP**, prorrogável por até 05 (cinco) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1. Não é admitida a cessão ou transferência total do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:**

4.1.1. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

**4.1.1.1. Profissional de Psicologia**

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.3.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.3.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.3.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.3.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ ..... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 01 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).
- 9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

**10.2. O Contratado:**

10.2.1. quando se caracterizar como operador que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, deve:

10.2.1.1. observar as instruções por escrito do Contratante para execução desse tratamento;

10.2.1.2. implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei nº 13.709, de 2018;

10.2.1.3. adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

10.2.2. quando se caracterizar como controlador de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na Lei nº 13.709, de 2018, seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

10.3. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.4. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.5. O Contratado deve comunicar na primeira oportunidade possível ao Contratante o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento pelo Contratante da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018.

10.6. Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever do Contratado eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do artigo 16 da Lei nº 13.709, de 2018, quando for o caso e nos seus estritos limites.

10.7. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

10.8. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **XXXXXX**, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora,





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - Multa:**
    - Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
    - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.
      - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
    - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
    - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
    - Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
    - Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
    - Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - iv.1)** A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).
- 12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

- 13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. **Gestão/Unidade:**

II. **Fonte de Recursos:**

III. **Programa de Trabalho:**

IV. **Elemento de Despesa:**

V. **Plano Interno:**

VI. **Nota de Empenho:**

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	14060	Anamnese	1.250		
2	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	14060	Hora Psicologia	21.000		
VALOR TOTAL						



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.2**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº /, Processo nº /, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante compromete-se a apresentar, por ocasião da celebração da contratação, a indicação formal do profissional designado para atuar como responsável pela gerência técnica dos psicólogos, devidamente habilitado, com formação compatível e registro profissional regular no Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme exigências do edital e da legislação aplicável.

Declaro, ainda, que tenho pleno conhecimento das condições estabelecidas no edital e que as informações acima prestadas são verdadeiras, estando o licitante ciente das penalidades aplicáveis em caso de declaração falsa.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.3**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº /, Processo nº /, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante compromete-se a apresentar, por ocasião da celebração da contratação, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração da contratação, registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional de Psicologia – CRP).

Declaro, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras e que o licitante está ciente das sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de inveracidade.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

				FORNECEDORES						TERMO DE REFERÊNCIA
				FORN 1	FORN 2	FORN 3	FORN 4	FORN 5	FORN 6	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (pelos 12 meses de contratação)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)	VALOR UNITÁRIO (por consulta)
1	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	Anamnese	1.250	-	R\$ 229,00	R\$ 233,00	R\$ 400,00	-	R\$ 350,00	R\$ 309,78
2	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	Hora Psicologia	21.000	R\$ 130,00	R\$ 32,00	R\$ 32,55	R\$ 400,00	R\$ 70,00	R\$ 180,00	R\$ 319,76

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR GLOBAL MÉDIO
1	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	R\$ 304,36	R\$ 380.450,00
2	Contratação de empresa especializada para serviços de telessaúde por meio de Teleatendimento em psicologia	R\$ 166,33	R\$ 3.492.930,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (12 MESES):			R\$ 3.873.380,00